

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

CASA COMUM

03

NOVEMBRO 2022



Foto: Rosilene Miliotti

HÁ ESPAÇO PARA UMA NOVA ECONOMIA BRASILEIRA?

PAPO RETO

Naiara Bittencourt: "Estamos dependentes de um modelo produtivo perigoso"

Pag. 15

EM PAUTA

Pouca idade e muita disposição: o que jovens ativistas têm a dizer em defesa do meio ambiente

Pag. 24

MOBILIZE-SE

É preciso agir: causas para se engajar em 2023

Pag. 37

Acesse também
nossa revista digital





Editorial

Esta edição chega às ruas e às redes após os resultados das **eleições de 2022, uma das mais emblemáticas da história brasileira**. Desse processo, entendemos que não podemos normalizar o que vivenciamos no período eleitoral, marcado por violações de direitos humanos e ataques às instituições democráticas, como se, com a vitória nas urnas, nossos desafios estivessem terminados.

O que experimentamos, ao longo dos últimos anos, convulsionou a democracia e o Estado Democrático, e não se encerra só com a mudança de Governo. Ainda há muito por fazer. **Mas também temos o que celebrar: a Democracia venceu.**

O resultado dessas eleições representa uma vitória contra a desinformação, o negacionismo, a cultura do ódio e da violência e a onda de exploração e aniquilamento da vida, seja ela dos biomas, dos povos originários, seja de tantos grupos periféricos, vozes que pretendemos ecoar nesta publicação.

A **Revista Casa Comum** aborda, nesta 3ª edição, o debate sobre a economia e as armadilhas históricas de um conservadorismo que se apoia nessa esfera da política para avançar com um projeto societário excluyente e exploratório, com aparência e comportamento fascista, que tem se propagado no mundo inteiro.

Quando falamos de economia, é preciso desfinanciar o imaginário desse conceito que está para além do que entendemos por dinheiro. **Economia significa o modo como organizamos nossa Casa Comum, com todas as suas realidades e contextos.** Para construir um mundo mais justo e igualitário para todas as pessoas, precisamos de uma economia que se desenvolva na lógica de proteger e cuidar da vida como única saída possível.

Priorizar essa agenda e entender o que está em jogo é um passo importante, **mas saber e construir novas formas e projetos diferentes dos colocados pelo mercado hegemônico é revolucionário.** Pistas e experiências não nos faltam no campo prático e da incidência política com novos marcos legislativos, assim como temos muito a aprender com as práticas comunitárias e dos movimentos sociais.

Esta edição dá luz a esse tema tão importante para que os próximos representantes assumam não o remendo de um sistema político e econômico – que não aponta para profundas e necessárias decisões diante do destino da nossa Casa Comum, o nosso planeta –, mas que construam, a partir de um **Paradigma do Cuidado, um novo modo de vida, de sociedade, de consumo e de produção e, também, de Estado.** Pela democracia, pela participação popular, pelo respeito e apoio mútuo, pelo cuidado como projeto político para relações mais saudáveis, e pela vida acima de tudo!

Equipe Revista Casa Comum

Expediente

Realização:

Sefras - Ação Social Franciscana

Coordenação Geral:

Fábio José Garcia Paes e Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Projeto editorial:

Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público

www.estudiocais.com.br

Jornalista responsável:

Daniele Próspero

MTB: 39.137

Coordenação editorial:

Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Redação:

Daniel Giovanaz, Dayse Porto, Elvis Marques, Maria Victória Oliveira e Mônica Ribeiro

Coordenação de canais digitais:

Dayse Porto e Isabela Rosa

Revisão:

Marta Pachiella Martinez

Projeto gráfico e diagramação:

Rogério Testa, Elano Teixeira, Felipe Carnevalli, Rafael Bersan e Paula Lobato

Impressão:

Digitop Impressos Gráficos

Conselho Consultivo:

Adriana Charoux, Igor Bastos, Ismar de Oliveira Soares, Luiz Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Osnila Lima, Salete Sirlei Valesan Camba, Sandra Quintela, Tatiana Scalco e Viviana Santiago.

Conselho de Governança:

Brayan Filipe Farias da Silva, Domiciano de Souza, Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Vagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Gabriela Meirinho, Rodrigo Zavala, Rosângela Helena Pezoti.

Parceiros institucionais:

Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregum, Movimento Laudato Si, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE)

Sumário

04 _____ EM DESTAQUE

Há espaço para uma nova economia brasileira?

15 _____ PAPO RETO

Naiara Bittencourt: “Estamos dependentes de um modelo produtivo perigoso”

20 _____ RAIO-X

Decifrando o orçamento público

24 _____ EM PAUTA

Pouca idade e muita disposição: o que jovens ativistas têm a dizer em defesa do meio ambiente

27 _____ EM PAUTA

A COP-27 e as perspectivas para a defesa e proteção dos direitos socioambientais

31 _____ NA PRÁTICA

Iniciativas de Economia Solidária: construindo outros mundos possíveis

34 _____ EM PERSPECTIVA

Perspectivas e caminhos para uma Economia com Equidade de Gênero e Raça

36 _____ EM PERSPECTIVA

Por um Brasil que não mate futuros

37 _____ MOBILIZE-SE

É preciso agir: causas para se engajar em 2023

41 _____ AGENDA DE PRESSÃO

Economias transformadoras: projetos que apontam para outras formas de produzir e acessar bens

44 _____ RETRATO BRASIL

Potências populares

Contato

Endereço de correspondência:
 Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás
 São Paulo/SP - CEP: 03009-010
 Para contato com a redação:
 contato@revistacasacomum.com.br
 Site: www.revistacasacomum.com.br

   @RevistaCasaComum

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: www.revistacasacomum.com.br.

EM DESTAQUE

HÁ ESPAÇO PARA UMA NOVA ECONOMIA BRASILEIRA?

Por Elvis Marques

Foto: Reprodução Cozinhas Solidárias @CozinhasSolidariasMTST

Diante da insustentabilidade do atual sistema econômico, com a alta do desemprego, informalidade e negativados, economistas, professores, lideranças sociais, Igreja, campo e cidade propõem novos modelos econômicos e apresentam iniciativas. Análises apontam para deixar o conservadorismo, que pauta também a agenda econômica de lado e inovar em modelos mais inclusivos.

“Tudo começou com uma cisterna, originária de uma política pública, do **Programa Cisternas** [o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais, criado em 2003 durante a gestão do então presidente Lula], do qual **fui beneficiada**. O projeto ajudou a mim e a inúmeras outras famílias a começar produção de hortaliças e demais alimentos, para que pudéssemos comer e também comercializar. Depois, com a economia movimentada, conseguimos furar um pocinho artesiano, ter mais água, **produzir e comercializar** um pouco mais.”

O depoimento acima é de uma agricultora paraibana residente na comunidade rural de **Cachoeira de Pedra D'Água**, no município de Massaranduba, próximo à Campina Grande. Filha e neta de agricultores, **Gerusa da Silva Marques**, 47 anos, vive há 12 anos no pequeno pedaço de chão de 2,5 hectares, no qual, após ser beneficiada com a fonte de água, produz, junto com a sua família, milho, feijão, macaxeira, jerimum, hortaliças e polpas de frutas da estação. Cria algumas vacas, bodes e galinhas e faz doces e bolos para vender.

Com toda essa produção diversificada, Gerusa se inscreveu no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), políticas criadas a partir de 2003 com os objetivos de **promover o acesso à alimentação de qualidade nas escolas e incentivar a agricultura familiar**. Via PAA, a trabalhadora já forneceu muitas polpas de frutas e bolos, mas, atualmente, ela viu sua renda financeira, advinda

da comercialização a partir desses programas, reduzir drasticamente.

“Tivemos uma grande perda com o PNAE e o PAA, com esse governo atual. O que ele não cortou, diminuiu bastante. Antes eu vendia para os programas cerca de 150 kg de polpas por mês, e entre 80 e 100 kg mensais de bolos, hoje não é assim. Neste ano, até agora, eu comercializei uns 100 kg de bolo e de polpa. **Mudou muito, e deu uma mexida grande em nosso orçamento**. Não podemos mais contar tanto com essas vendas, e o que nos ajuda e nos mantém são as feiras agroecológicas.”

Para falar das feiras, é necessário apresentar o projeto da EcoBorborema, da **Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Borborema** que trabalham com a produção, beneficiamento e escoamento de seus produtos. A organização é coordenada pelo **Polo da Borborema**, um fórum de 13 sindicatos rurais, mais de 150 associações comunitárias e uma cooperativa com capacidade para atuar em todo o estado da Paraíba, a **CoopBorborema**.

Gerusa integra a EcoBorborema desde de 2008, quando começou a atuar nas feiras, e afirma: “A nossa condição financeira melhorou bastante de lá para cá.” Isso, porque, segundo a agricultora, “o projeto surgiu a partir da necessidade de trabalhadores rurais que plantam de forma agroecológica e não tinham como vender os seus produtos, antes comercializados no Ceasa e por atravessadores, sem valorizar o que estávamos fazendo, uma produção sem veneno.”

Participação da agricultura familiar no Produto Interno Brasileiro (PIB):

- Responsável por 10% da geração de riquezas do país;
- A economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes é dependente da agricultura familiar;
- O segmento produz cerca de 73% dos alimentos presentes nas mesas da população brasileira;
- Dentre os principais alimentos produzidos estão mandioca, feijão, carne suína, leite, carne de aves e milho;
- A EcoBorborema, especificamente, dispõe de uma rede de 13 feiras agroecológicas distribuídas na Paraíba, com mais de 120 famílias envolvidas no processo de produção e comercialização.

Fonte: Confederação da Agricultura Familiar (Conafer)

Conheça mais sobre as iniciativas:

- **Programa Cisternas:** bit.ly/CasaComum_E3_1
- **PNAE:** bit.ly/CasaComum_E3_2
- **PAA:** bit.ly/CasaComum_E3_3
- **Projeto EcoBorborema:** bit.ly/CasaComum_E3_4



Eixos críticos da atual economia brasileira

O projeto econômico e social voltado para pequenos agricultores da Paraíba, apresentado por Gerusa, é uma das **inúmeras iniciativas encontradas no campo e nas cidades** elaborado quando sucessivas crises financeiras batem às portas da população, seja pela redução/extinção de políticas públicas seja com altas de desemprego. Atenção a **alguns gargalos brasileiros** no campo econômico:

- 49 milhões de brasileiros, cerca de 23% da população, afirma não ter renda suficiente para sobreviver e precisa de auxílio do governo, segundo dados divulgados em 26 de outubro de 2022 pelo Cadastro Único (o CadÚnico). É o maior número registrado de pessoas em extrema pobreza no Brasil desde a sua criação, em 2001;
- Quatro em cada dez brasileiros adultos estavam negativados até setembro de 2022, segundo dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Esse número equivale a 64,25 milhões de pessoas, um recorde do levantamento, realizado há oito anos;

- No segundo trimestre de 2022, mais de 10 milhões de pessoas estavam desempregadas no Brasil, conforme análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- A taxa de informalidade no país está em 39,7% no mercado de trabalho no trimestre até agosto de 2022. O país alcançou um recorde de 39,307 milhões de trabalhadores atuando na informalidade no período, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE;
- Desde 2019, a inflação sobre os alimentos acumulou uma alta de 43,5%, o que significa que os valores aumentaram, em média, 0,806% todo mês. É a maior taxa de inflação de alimentos e bebidas desde a criação do Plano Real. As informações são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- A fome atinge cerca de mais de 33 milhões de pessoas no Brasil, e mais da metade da população brasileira (58,7%) convive com a insegurança alimentar em algum grau, mostra o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil, lançado em junho de 2022.

“Galáxia de economistas” busca novos rumos

Diante de múltiplos problemas para a economia brasileira e mundial, surge a questão: um novo modelo econômico é possível? **Ladislau Dowbor**, economista, professor titular de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e consultor aposentado de agências da Organização das Nações Unidas (ONU), acredita que **outro modelo econômico é simplesmente necessário**, e já há “uma galáxia de economistas pensando e propondo alternativas para a nova economia”.

De acordo com o consultor da ONU, estamos vivendo uma convergência de crises no Brasil e elas passam por alguns pilares: **ambiental – a do meio ambiente, com a destruição do clima, da biodiversidade, esgotamento do solo e contaminação da água –, social e financeiro**.

“Um denominador comum é que nós precisamos de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. Não podemos continuar nesse rumo destrutivo ambientalmente, **é inviável**. Não podemos, por exemplo, no Brasil, continuar destruindo o Cerrado e a Amazônia para exportar mais matéria-prima, como a soja. **É um suicídio** de longo prazo para o país.”

Outra dimensão dessas convergências de crises é a social: “Temos 1% dos mais ricos que têm cerca de R\$ 200 trilhões de reais de riqueza, enquanto 55% da base da sociedade, cerca de quatro bilhões de pessoas, têm apenas R\$ 5,5 trilhões. Para mudar esse cenário, **bastaria tirar 2,5% desse 1% mais rico** para dobrar a riqueza da base da sociedade”, enfatiza.



Não há nenhuma razão financeira para a fome existir em nosso país. O nosso problema não é econômico, mas sim de organização, gestão e de administração política.

Ladislau Dowbor, professor titular de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC)



Ladislau Dowbor. Foto: Acervo pessoal



Quem está na “galáxia de economistas” do professor Ladislau Dowbor? Conheça alguns nomes:

- **Joseph Eugene Stiglitz**, 79 anos, é um economista americano. Já atuou com o ex-presidente Bill Clinton, dirigiu o Banco Mundial, e recebeu, juntamente com A. Michael Spence e George A. Akerlof, o Prêmio Nobel de Economia em 2001.
- **Ellen Brown** é advogada e fundadora do Instituto de Banca Pública, autora de 12 livros, incluindo o *best-seller* “Web da Dívida”.
- O francês **Thomas Piketty**, 50 anos, autor de um dos livros com maior burburinho entre o mundo financeiro, “Capital no Século XXI”, e professor da Escola de Economia de Paris.
- **Tereza Campello**, 60 anos, é economista, foi ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome durante o governo Dilma Rousseff (PT). É professora visitante da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).
- O brasileiro **Guilherme Mello**, economista, sociólogo e professor do Instituto de Economia da Unicamp e diretor do Centro de Estudos de Conjuntura do IE/Unicamp.

Mais referências: Michael Hudson, Ann Pettifor, Mariana Mazzucato, Kate Raworth, Hazel Henderson e Felicia Wong. **No Brasil:** Conceição Tavares, Leda Paulani, Lena Lavinas, Laura Carvalho, Juliane Furno, Tânia Bacelar, Rosa Maria Marques e tantas outras e outros.

Modelo econômico e feminismo

Sandra Quintela, economista, educadora popular, articuladora da Rede Jubileu Sul [jubileusul.org.br] e presidenta do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) [pacs.org.br] traz reflexões convergentes, em grande parte, com Ladislau Dowbor, como a concordância da necessidade de se “construir lógicas diferentes do atual modelo econômico, propostas que se baseiam na **justiça ecológica, social e econômica**”.

Para além do tripé descrito acima, Sandra apresenta um elemento central em suas análises, **as mulheres**. Atuante com a promoção de oficinas e debates sobre mulheres e o mundo do trabalho, desde os anos 1990, quando se mudou de Alagoas para o Rio de Janeiro, a educadora lembra que essa iniciativa foi muito importante naquela década, tendo, ao fim, o início da **Marcha Mundial das Mulheres** [marchamundialdasmulheres.org.br].

“Esse foi o primeiro movimento global que pautou os temas da pobreza e da violência contra as mulheres. Para falar da pobreza delas, tínhamos que abordar os seus trabalhos e o papel que exercem na sociedade. Começamos, assim, toda uma discussão sobre mulheres



Economia nada mais é do que de onde tiramos o nosso sustento material. E ela precisa ser centrada na participação das pessoas, não apenas como consumidoras.

Sandra Quintela, articuladora da Rede Jubileu Sul Brasil.



Sandra Quintela. Foto: Jucelene Rocha

e economia. **Não tem como desvincular essas pautas.**

A partir daí começamos várias articulações, como com a **Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia** e criamos, no Brasil, um grupo de trabalho chamado **Mulheres Economia**, quando nos desafiamos a montar cursos de formação para elas”, relembra Sandra.

Na atual conjuntura, conforme a educadora, por mais que tenham inúmeras **experiências de economia solidária**, como aquela apresentada por Gerusa, há a necessidade de se fazer um **crítica radical ao atual modelo econômico capitalista**, “porque não existe a possibilidade de trabalharmos à margem dele a vida inteira”, frisa.

Sandra entende que ao pensar um modelo econômico que visa colocar uma vida plena, vida digna, no centro, “é preciso questionar o mercado e o financiamento, as formas de produção do capitalismo que considera apenas o **valor de troca** e não o que tem valor de uso, como o trabalho de **cuidado doméstico**, o trabalho de **manutenção das relações sociais**, que faz parte da construção da teia da vida, e **sem a teia da vida não há economia**.”

Seja no campo seja na cidade, as **mulheres são as principais defensoras dos territórios** onde vivem, explica Sandra, e complementa: “Camponeses, indígenas, quilombolas, moradoras de bairros periféricos estão na vanguarda dos movimentos sociais e ambientais e das organizações de base.” A pesquisadora argumenta que a **ciência econômica**, em particular, tem contribuído para “universalizar” ideias que simplesmente não consideram “experiências particulares, individuais e grupais e que, dessa forma, não dão visibilidade àqueles que não têm espaço político e são silenciados em suas tarefas diárias”.

Alguns dados sobre a percepção das desigualdades no Brasil:

- 69% das pessoas pesquisadas concordam que o fato de ser mulher **impacta negativamente na renda** obtida;
- 85% concordam com o **aumento dos impostos de pessoas mais ricas** para financiar políticas sociais no Brasil;
- 85% afirmam que o progresso no país está condicionado à **redução da desigualdade** entre pobres e ricos;
- 75% acreditam que **a cor da pele influencia a contratação** por empresas no Brasil.

Fonte: Oxfam Brasil e Datafolha | Pesquisa Nós e as Desigualdades - 2022



Imagem: reprodução CNBB

A Economia de Francisco e Clara

Repensar o atual modelo econômico e **apontar proposições** tem sido uma tarefa árdua de toda a sociedade, e passa por pesquisadores, experiências urbanas e rurais, e discussões sobre a temática sempre presente durante o pontificado do **Papa Francisco**. A Igreja Católica centra as forças num modelo justo, com foco na dignidade humana, a serviço das pessoas e do meio ambiente, como se propõe na “**Economia de Francisco**”.

Em setembro deste ano, o pontífice convocou a juventude internacional, membros de organizações sociais e economistas para compartilhar, em Assis, na Itália, sonhos e realizações convergentes à “Economia de Francisco”, em alusão a **São Francisco de Assis**, conhecido por viver de modo coerente ao Evangelho e por seus votos de pobreza. Mais de mil jovens ouviram do Santo Padre a urgência de se construir “uma economia que, inspirada em Francisco de Assis, hoje, pode e deve ser uma economia amiga da Terra e uma economia de paz. **Trata-se de transformar uma economia que mata em uma economia da vida**, em todas as suas dimensões”.

Talita Guimarães, economista e representante do Sefras - Ação Social Franciscana na Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), presente nesse último evento, explica que a comitiva brasileira conseguiu **traçar estratégias de atuação conjunta**, sobretudo com países da América Latina e África do Sul, com encontros previstos para os próximos meses. “Temos destacado, no Brasil, Clara junto a Francisco, porque a figura da construção territorial passa pela representatividade e pelo **compromisso das mulheres**. São elas que encampam, essencialmente, e dão continuidade a essa nova perspectiva econômica”, detalha.

No Brasil, como menciona Talita, **Clara de Assis** foi agregada à “Economia de Francisco”. Nascida numa nobre família italiana, **Clara foi uma mulher revolucionária** em sua época, inspirada pelo próprio Francisco e seu modo de vida, fundou uma ordem feminina. Ela, também, fez **voto de pobreza** e dedicou sua vida ao próximo, tornando-se santa mais tarde.

Confira a cartilha *Economia de Francisco e Clara: Princípios, conceitos e dicas para ação*, elaborada pelo Sefras: bit.ly/CasaComum_E3_5

Para a especialista, algo que tem se sobressaído, nesses eventos e nas discussões sobre a temática, é o pensamento acerca de um modelo financeiro que coloque a **vida digna humana como protagonista**, e o chamado para que cada pessoa seja semeadora desse propósito em seus territórios. “Só quando conseguirmos ouvir os clamores dos mais pobres e fazer algo em relação a isso é que essa sociedade será humanizada, quando ela conseguir atender às necessidades de milhões que estão em situação de miséria, migração e perseguição. E esse é o chamado que passa do aspecto subjetivo para o prático, da incidência local à macro.”

Há um outro elemento sempre destacado pelo pontífice, seja na *Economia de Francisco* seja na **Encíclica Laudato Sí**, a relação do meio ambiente com as pessoas mais vulneráveis: “**O grito da terra e o grito dos pobres é o mesmo**. A poluição que mata não é somente aquela provocada pelo dióxido de carbono, mas também a desigualdade que polui o nosso planeta. As calamidades ambientais não podem cancelar as calamidades da injustiça social e da injustiça política”, afirmou o líder da Igreja Católica, conforme o portal Vatican News.

Confira a Encíclica *Laudato Sí*: bit.ly/CasaComum_E3_6

Aos jovens, o Papa Francisco tem proposto três observações para que continuem no percurso da “Economia de Francisco”:

“

Olhar o mundo com os olhos dos mais pobres; investir para criar trabalho digno para todos; e se esforçar para que todas as ideias se transformem em ação.

Papa Francisco

O Pacto dos jovens: que a economia se torne uma Economia do Evangelho



- uma economia de paz e não de guerra;
- uma economia que contraste a proliferação das armas, especialmente as mais destrutivas;
- uma economia que se preocupe com a criação e não a saqueie;
- uma economia a serviço da pessoa, da família e da vida, respeitosa de toda mulher, homem, criança, idoso e especialmente dos mais frágeis e vulneráveis;
- uma economia em que o cuidado substitua o descarte e a indiferença;
- uma economia que não deixe ninguém para trás, para construir uma sociedade na qual as pedras descartadas pela mentalidade dominante se tornem pedras angulares;
- uma economia que reconheça e proteja o trabalho digno e seguro para todos, especialmente para as mulheres;
- uma economia na qual a finança é amiga e aliada da economia real e do trabalho e não contra eles;
- uma economia que saiba valorizar e preservar as culturas e as tradições dos povos, todas as espécies vivas e os recursos naturais da Terra;
- uma economia que combata a miséria em todas as suas formas, reduza as desigualdades e saiba dizer, com Jesus e com Francisco, “bem-aventurados os pobres”;
- uma economia guiada pela ética da pessoa e aberta à transcendência;
- uma economia que crie riqueza para todos, que gere alegria e não apenas bem-estar, pois a felicidade não compartilhada é muito pouco.

Veja o discurso do Papa Francisco e compromissos: bit.ly/CasaComum_E3_51

Vozes em ação

Ana Paula Ribeiro: “A economia nos foi tirada”



Ana Paula Ribeiro
Foto: Acervo pessoal

Em um momento conturbado para a luta por moradia no Brasil, **Ana Paula Ribeiro**, do **Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)** [mtst.org], relembra o período em que o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB) parou de assinar todos os contratos voltados para moradia e desfez os que haviam sido estabelecidos com a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT).

Na região de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, a militante diz que a luta “estacionou” naquele momento, já que não podiam contar minimamente com políticas públicas do governo federal, nem estadual e nem municipal. Nessa mesma época, pensando o que poderia ser feito pelo movimento, durante um intercâmbio com uma organização social da Argentina, a Frente Popular Darío Santillán (FPDS) [frentedariosantillan.org], conheceram os “comedouros”, **restaurantes populares** que, no contexto de fome extrema no país, os movimentos populares criaram em diversas favelas no entorno de Buenos Aires.

“Com o tempo, os movimentos conseguiram que a iniciativa se tornasse uma política pública. Com essa experiência que conhecemos lá, pensamos: ‘nós estamos na mesma situação no Brasil.’ E em 2017, conseguimos uma associação de bairro que estava desativada, deixaram a gente começar ali o projeto, com **almoços solidários** aos domingos. Quando vimos, estávamos **servindo cerca de 400 marmitas**. E



Aula de reforço escolar na Cozinha Solidária do Iguatemi, na zona leste de São Paulo. Foto: Jéssica da Mata / Reprodução @CozinhasSolidariasMTST

assim começou a nossa primeira experiência”, conta Ana Paula, coordenadora nacional das **Cozinhas Solidárias do MTST** [www.cozinhasolidaria.com].

A iniciativa não poderia ficar restrita à capital paulistana, e exigiu do grupo o compartilhamento da experiência com **outros estados nos quais o MTST estava presente**, e cada localidade ficava responsável pela busca de fontes de renda para desenvolver e manter o trabalho, sendo o financiamento virtual uma forma de captação de recursos. Onde chegam as Cozinhas Solidárias, também desembarcam serviços como assessoria jurídica, cines-debates, oficinas culturais, aulas de reforço, curso de computação e alfabetização de jovens e adultos e outras ações que pretendem atender demandas do território.

As cozinhas, espalhadas por 11 estados e o Distrito Federal, estão **situadas nas áreas periféricas** das cidades, com exceção da Lapa, no Rio de Janeiro, e da Praça da Sé, em São Paulo. Atualmente, são 31 unidades espalhadas pelo Brasil. Para contribuir com a soberania alimentar local, o projeto promove o **cultivo de hortas urbanas comunitárias** nas próprias cozinhas e dentro das ocupações do movimento para **fornecer alimentos de qualidade** e, sempre que possível, para **doação às comunidades próximas**.

O sonho de Ana, que hoje coordena o projeto do MTST, é que, por meio de parcerias com o poder público, como a que está sendo negociada com a Prefeitura de Salvador (BA), seja possível **o projeto em cada vez mais cidades e bairros**. Outra meta é oferecer mais refeições ao longo do dia, sempre mantendo **bons níveis nutricionais**.

Para que o desejo de Ana Paula e de tantas pessoas se torne realidade é preciso um elevado **investimento público em moradia e alimentação**, pautas caras do movimento do qual ela faz parte, para que o Brasil não fique num entra e sai do Mapa da Fome. “Precisa ter investimento público e a iniciativa privada trabalhando hoje mais do que nunca, porque é muita gente sem um lar. E sobre alimentação nem se fala, **acabou-se com todas as políticas de combate à fome** e não houve nenhum tipo de subsídio em relação à cesta básica. Por isso, para nós, a economia é fundamental, ela passa por nossas vidas nas questões mais básicas.”

“

A economia, como um monte de outras coisas, nos foi tirada. Colocam ela como um assunto só para intelectuais e formados no assunto. **Economia para mim é o que a gente consegue produzir, enquanto sociedade, para melhorar a vida de todo o mundo.**

Ana Paula Ribeiro, coordenadora nacional das Cozinhas Solidárias do MTST

De olho nos dados



31 Cozinhas Solidárias espalhadas pelo Brasil

Mais de 30 toneladas de alimentos preparados em 3 meses



Mais de 6.000 marmitas servidas por dia



Conheça, contribua e ajude a divulgar o projeto: apoie.se/cozinhasolidaria

Thiago Vinícius: “As pessoas da periferia são PhD em matemática, para poder multiplicar uma grana tão pouca”



Thiago Vinícius
Foto: Acervo pessoal

Em Campo Limpo, bairro periférico da zona sul de São Paulo, com mais de 215 mil habitantes – maior que diversos municípios, como Juazeiro (BA) –, **Thiago Vinícius** cresceu rodeado de desafios nas **áreas do saneamento básico, saúde e moradia**. “Sou de uma geração de jovens que nasce na comunidade, e que busca se estabelecer e melhorar a qualidade de vida no lugar em que vivemos, com alguns problemas superados pela qualidade de organização das nossas gerações anteriores.”

A partir dessa consciência e com um **olhar atento para os desafios do bairro**, Thiago e vários outros jovens decidiram empreender, há 12 anos, por meio da **Agência Popular Solano Trindade** [agenciasolanotrindade.com.br], em referência a um pernambucano tido como **um dos maiores animadores culturais do país** na década de 1930.

Desde o seu início, a Agência se firma com múltiplas pautas econômicas e sociais no território, com o primeiro banco comunitário e a criação da **moeda Sampaio de crédito social e a moeda criativa Solano de crédito cultural**.

“Começamos com um trabalho focado no **fortalecimento da economia local**, buscando **ampliar o microcrédito** para as empreendedoras da comunidade e usando as moedas locais para melhorar as finanças do próprio bairro, e tudo isso fez com que olhássemos com potencial para a **economia criativa do Campo Limpo**”, explica Thiago, produtor cultural, empreendedor social e liderança comunitária.



A Agência tem focado na economia criativa e a gente se tornou uma espécie de Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] da favela, oferecendo para os empreendimentos assessorias, falando sobre plano de redes, de comercialização, plano de viabilidade econômica.

Thiago Vinícius, produtor cultural, empreendedor social e liderança comunitária.

A organização atua em três áreas principais:

- **Inovação Social:** desenvolve tecnologias sociais próprias e articuladas com jovens e famílias em torno do afroempreendedorismo e das múltiplas economias;
- **Cultura Popular:** promove segmentos artísticos diversos da cultura dos povos, incluindo literatura, música, artes cênicas, artes visuais e povos ancestrais, e busca a valorização da cultura periférica e de novas mídias e linguagens;
- **Sistemas Alimentares:** fortalece a rede de distribuição de alimentos saudáveis, criou-se o acesso e pontes para os desertos alimentares das periferias.

Na área da alimentação, um dos projetos da Agência é o **restaurante comunitário** Organicamente Rango [no Instagram: @organicamenterrango], o qual é oferecida comida para quem pode pagar e, também, àqueles que não têm condições financeiras. Há ainda um armazém para comercializar os produtos saudáveis e algumas áreas onde esses alimentos são cultivados. Thiago, ao elencar essas diversas ações da Agência, conclui: "O nosso trabalho é esse, o **fortalecimento da qualidade de vida dos moradores** aqui da nossa quebrada."

E quando o empreendedor social fala no plural "nós", em referência a quem está imerso nesse trabalho diário da Solano Trindade, se refere a um enorme coletivo atuante para conseguir tirar do papel e administrar essas várias iniciativas, como a **Tia Nice**, idealizadora, cozinheira e administradora do restaurante, e, ainda, mãe do Thiago.

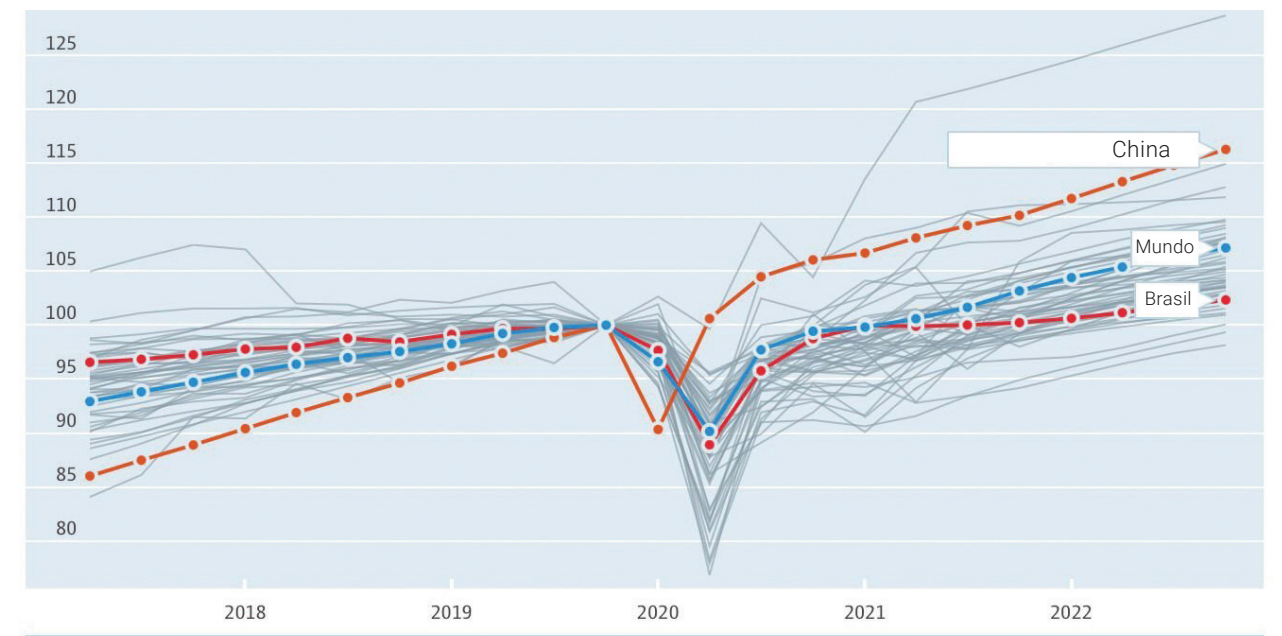
"Vejo que o nosso trabalho continua necessário, assim como antes e depois da pandemia, porque a nossa economia está preocupada em gerar recursos, capital social, para poucos, e trabalhos como esse de acesso à alimentação gratuita e de qualidade devem perdurar por muitos anos", analisa o jovem.

E como fica o Brasil pós-eleições 2022?

"O mal desempenho econômico atual brasileiro não se justifica por conta da pandemia de Covid-19 e tão pouco pela guerra na Ucrânia. Isso se dá, porque se pegarmos qualquer agrupamento de países – seja de média mundial, América Latina, emergentes, OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] –, eles cresceram mais que o Brasil nos últimos quatro anos. E, na verdade, isso acontece desde 2015. **A economia brasileira tem um problema estrutural** e é evidente que a pandemia impactou a economia, mas ela atinge todo o mundo, isso não justifica o nosso país ter um desempenho tão abaixo de outros países."

A análise é de Pedro Rossi, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON)**. Essa observação é um contraponto à justificativa do governo federal e de seus aliados de que a economia nacional vai mal devido a fatores como a Covid e a guerra entre Rússia e Ucrânia.

"O que faltou do governo brasileiro foi atitude em termos das macropolíticas clássicas, em particular a **política fiscal**, que esteve presa em uma 'camisa de força' desde 2015, quando começa um **processo de austeridade fiscal** e é reforçado enormemente com a Emenda Constitucional 95 [conhecida como **PEC do Teto de Gastos**], e aí se adotou uma agenda econômica na qual o 'governo lava as mãos'. Na verdade, o governo tenta **criar condições para o mercado puxar a economia**, só que é uma economia com alto desemprego, de capacidade ociosa, e isso tudo leva a economia a um desempenho muito baixo e fraco", considera o professor.



O Brasil é um dos países que menos cresceu no mundo nos últimos 4 anos. A taxa média de crescimento é menor que qualquer agrupamento de países. Fonte: OCDE

Para começar a mudar o cenário de crise econômica, Pedro afirma que seria necessário e urgente focar em duas questões: o **desemprego e o subemprego e o combate à miséria**. "Acredito que, num primeiro momento, é necessário trabalhar com a construção de um **programa social de transferência de renda** para dar conta de sanar a questão da fome no Brasil, e, de outro lado, fazer um **programa de incentivo de investimento privado e público** para gerar mais emprego e renda. São dois pontos que precisam ser endereçados já no ano que vem ao novo governo."



O que a gente vive hoje no Brasil, em termos econômicos, é o resultado de uma agenda que fracassou, a partir daquela ideia de que é preciso reduzir o tamanho do Estado para a economia crescer. Só que as reformas são feitas, os gastos são cortados e mal direcionados, e a economia não cresce.

Pedro Rossi, professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Em 2023, o Congresso Nacional empossará mais **políticos conservadores** do que na última legislatura, por exemplo, do Partido Liberal (PL), com a maior bancada da Câmara, terá 99 parlamentares, o que exigirá, conforme especialistas, **mais negociação da oposição** para o andamento de pautas progressistas ou sociais, inclusive no âmbito da economia.

"Temos um parlamento com uma **ala ideológica e de extrema direita** forte, mas isso não é a metade da casa, e entendo que a grande maioria dos deputados e deputadas é suscetível a negociações políticas, como o 'Centrão, que vai para o onde o vento toca'. Diante de um Congresso mais conservador, **é necessário mais habilidade política** para a negociação das pautas", pondera Pedro.

O economista Pedro Rossi elenca algumas perspectivas para a agenda econômica do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para 2023:

- Recuperar os instrumentos que o Estado tem para intervir na economia;
- Recuperar a Petrobrás de modo que ela tenha papel de indutora do crescimento de cadeias produtivas do setor e ter como papel amortecer o impacto do preço do petróleo;
- Recuperar os bancos públicos em seus papéis de financiar o desenvolvimento e os ciclos de desenvolvimento;
- Recuperar o papel do gasto público, fortalecendo as transferências sociais;
- Descarbonizar a economia;
- E fortalecer o investimento público e privado nas áreas prioritárias para o desenvolvimento do país.

PAPO RETO

NAIARA BITTENCOURT: “ESTAMOS DEPENDENTES DE UM MODELO PRODUTIVO PERIGOSO”

Advogada analisa desafios para a construção de uma economia que respeite a vida.

Por Daniel Giovanaz

Para ler, para ver e para ouvir:



- Carta da Economia de Francisco e Clara no Brasil: bit.ly/CasaComum_E3_7
- Curso Pedagogia da Economia com Ladislau Dowbor: bit.ly/CasaComum_E3_8
- Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa: bit.ly/CasaComum_E3_9
- Pesquisa Nós e as Desigualdades: bit.ly/CasaComum_E3_10
- Assim foi o encontro da Economia de Francisco: bit.ly/CasaComum_E3_11
- A economia para o Brasil que queremos com Ladislau Dowbor: bit.ly/CasaComum_E3_12
- 10 prioridades para vencer a fome: bit.ly/CasaComum_E3_13
- ONU: Relatório de Desenvolvimento Humano 2021-2022: bit.ly/CasaComum_E3_14
- Canal no Youtube do profº Ladislau Dowbor: por uma outra economia: bit.ly/CasaComum_E3_15
- Podcast Economistas do Conselho Federal de Economia: Desigualdade no País: bit.ly/CasaComum_E3_16
- Plataforma propõe estratégias com plano para recuperação econômica: bit.ly/CasaComum_E3_17
- Livro *Economia Para Poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*, organizado por Pedro Rossi, Esther Dweck e Ana Luiza Matos de Oliveira: bit.ly/CasaComum_E3_61





Naiara Bittencourt, advogada na organização Terra de Direitos
Foto: Geraldo Magela - Agência Senado

Enquanto o agronegócio bate recordes de exportação, **milhões de brasileiros passam fome**. Biomas, como Amazônia, Cerrado e Pantanal, têm sua biodiversidade substituída, ano após ano, por monocultivos de grãos e pasto para criação de gado, e o preço da comida no supermercado só aumenta. Para dar fim a esse círculo vicioso, o Estado brasileiro precisa estar disposto não apenas a enfrentar práticas ilegais, mas também a valorizar as pessoas que mantiveram viva a prática de **produzir sem agredir** a natureza.

Essa é a avaliação de **Naiara Bittencourt**, advogada na organização **Terra de Direitos**, integrante da **Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida** e do Coletivo de Articulação Política (CAP) da **Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)**.

A Terra de Direitos é uma organização que oferece assessoria jurídica popular para grupos que lutam pela efetivação de seus direitos e em favor da natureza. As ações da organização são desenvolvidas por meio de quatro linhas de atuação: Terra, Território e Justiça Espacial; Política e Cultura dos Direitos Humanos; Biodiversidade e Soberania Alimentar; e Democratização da Justiça. **Conheça mais em: www.terradedireitos.org.br**

"A agroecologia e a agricultura familiar podem garantir a alimentação da população, mas necessitam de políticas públicas. É preciso uma atuação de indução estatal", ressalta.

No dia 13 de setembro, o Parlamento Europeu aprovou uma proposta que pretende regular a exportação e a entrada na União Europeia de **produtos associados ao desmatamento** e degradação florestal. A advogada e

doutoranda em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) enfatiza a responsabilidade dos grandes importadores no processo que culminou nessa aprovação, sejam eles países ou empresas, mas aponta os **limites da chamada "economia verde"**.

Em um contexto de **avanço do conservadorismo na esfera institucional**, na qual cerca de 70% dos representantes da bancada ruralista, que já era a maior do Congresso Nacional, conseguiram se reeleger nas eleições de outubro, a especialista enfatiza a importância de **ações individuais e coletivas para estimular, localmente, a produção de alimentos saudáveis**.

"Uma ação simples e fundamental é tentar ao máximo **estretar a nossa cadeia de consumo** – de alimentos, especialmente. Saber de quem a gente compra, quem produz", exemplifica. "Todas as ações que visem transformar atitudes e formas de consumo são importantes."

Confira na íntegra:

Quais os principais desafios hoje, no Brasil, para a superação do atual modelo predatório e a construção de alternativas rumo a uma economia transformadora, que respeite a vida humana acima de tudo?

Naiara Bittencourt: Temos assistido a recordes de **desmatamento e queimadas**, e isso decorre da falta estrutural de controle e de um descrédito absoluto do Estado brasileiro para coibir a expansão da produção de soja e milho, por exemplo, em áreas da nossa biodiversidade.

Outro desafio é o avanço da **militarização no campo**, especialmente com a elevação das milícias rurais, do garimpo ilegal e das armas de fogo.

Nesse novo contexto, precisamos pensar como é possível **fortalecer o Estado brasileiro**, para coibir essas práticas ilegais, ao mesmo tempo em que valorizamos os povos que ocupam esses territórios: povos originários, comunidades tradicionais e quilombolas, que tradicionalmente preservam essas áreas. Ou seja, é preciso retomar **outras possibilidades de vida**, de preservação, e valorizar modelos que já existem: basta o Estado incentivar e proteger.

A afirmação de que o agronegócio brasileiro "alimenta o mundo" é frequentemente usada para justificar abusos e violações socioambientais. É possível manter os atuais níveis de produtividade e, ao mesmo tempo, proteger a natureza?

Naiara Bittencourt: Cerca de 70% de tudo que chega à nossa mesa vem da **agricultura familiar**. Ou seja, agricultores, camponeses e comunidades tradicionais cultivam em territórios menores e, mesmo assim, produzem muito alimento.

A maior parte das exportações e da área plantada do agronegócio são para soja, milho, algodão, cana e café. Essas cinco principais culturas são também as que mais utilizam **agrotóxicos** no país. A gente tem investido em um **modelo de culturas para exportação**, em que o lucro fica para poucos produtores, em detrimento da produção de alimentos.

Este ano, por exemplo, houve um **aumento muito grande nos preços** do arroz e do feijão. Tivemos que importar arroz da Ásia. O Ministério da Agricultura poderia ter incentivado que os agricultores deixassem sua produção no mercado interno, mas a preocupação do agronegócio não é alimentar a população brasileira: **é gerar lucro, por meio da exportação**.

Então, sim, há alternativas. Os modelos que precisamos já estão vigentes: **a agroecologia e a agricultura familiar** podem garantir a alimentação da população, mas necessitam de **políticas públicas**. É preciso uma atuação de indução estatal.

O desmonte das políticas de combate à fome e soberania alimentar desestruturou também a agricultura familiar, que deixou de ter a previsão de aquisição de alimentos pelo Estado. Hoje, os agricultores familiares têm que se virar para a compra de insumos, proteção territorial e distribuição de seus produtos. **Prevalece uma lógica individual**, liberal, e os agricultores familiares não têm a mesma capacidade econômica do agronegócio para exportar seus produtos.

O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxico do mundo. De que maneira o Estado poderia frear esse avanço e garantir alimentos mais saudáveis no prato da população? Para além do debate sobre agrotóxicos, como lidar com grandes empresas ou grandes produtores que resistem a mudar suas práticas e reagem com violência para defender seus interesses?

Naiara Bittencourt: Houve um **recorde de liberação de agrotóxicos** no último período. Hoje, o Brasil tem funcionado como a lixeira tóxica do mundo. Produtos não autorizados ou banidos nos seus países de origem, como União Europeia e Estados Unidos, por serem extremamente perigosos, são permitidos aqui, e nada justifica isso a não ser **uma estrutura internacional racista**: como se os nossos corpos ou a nossa biodiversidade pudessem suportar produtos que os europeus, por exemplo, não poderiam.

Outro aspecto importante é que historicamente a gente tem uma "política extrafiscal reversa", ou seja, um pacote de isenções e **benefícios fiscais para os agrotóxicos**. Em vez de sobretaxar produtos perigosos, para desestimular o consumo, estamos isentando ou reduzindo a alíquota de impostos. Na prática, isso significa um **fomento à utilização** de agrotóxicos por parte do Estado, quando o necessário é estimular que grandes empresas deixem de usar produtos altamente perigosos, que continuam circulando no mercado brasileiro.

Então, precisamos barrar esses retrocessos históricos. O primeiro passo é impedir a aprovação do **"PL do Veneno"** [Projeto de Lei 6299/2002], que tramita no Senado e visa **flexibilizar o atual modelo de registro de agrotóxicos** – já bastante facilitado.

Por outro lado, existe uma **Política Nacional de Redução de Agrotóxicos** em tramitação na Câmara dos Deputados. Ela não é nem um pouco revolucionária, mas traz **mecanismos básicos** de educação ambiental, assessoria técnica, incentivo à transição agroecológica, aquisição de produtos agroecológicos e orgânicos, da agricultura familiar. A Política também propõe o fim das isenções fiscais para agrotóxicos e busca estabelecer zonas livres de agrotóxicos e transgênicos. Todas essas propostas são possíveis e o projeto é bastante factível.

Em setembro, o Parlamento Europeu aprovou uma proposta que pretende regular a exportação e a entrada, no mercado da União Europeia, de produtos associados ao desmatamento e à degradação florestal. Qual a importância de medidas como essa? Como você analisa o papel dos grandes importadores para estimular mudanças no modelo produtivo adotado atualmente?

Naiara Bittencourt: A soja representa de 17 a 19% de toda a exportação nacional, e a maior parte é **transgênica**, ou seja, geneticamente modificada para resistir a agrotóxicos – principalmente, ao glifosato. Há mais de quatro anos, a Alemanha está estabelecendo planos para **banir o glifosato do seu território**.

A população da União Europeia já foi mais firme em não receber esse tipo de produto para o consumo. Isso foi importante para frear, em algum momento, o avanço do plantio de transgênicos no Brasil.

Posições internacionais têm um papel relevante, especialmente no que diz respeito às exportações, mas temos visto alguns retrocessos. Ao mesmo tempo em que há essas posições de alguns empresários e países, recentemente foi finalizado um acordo do Mercosul com a União Europeia que **facilita a entrada de agrotóxicos** importados desses países no Brasil. Então, a gente vê que o mercado internacional tem fomentado cada vez mais, nesses acordos multilaterais, essas **trocadas desiguais**.

O Brasil ainda ocupa uma posição de **país de capitalismo dependente**, periférico. Nós importamos muitos produtos industrializados, com alto valor social agregado, e exportamos produtos básicos – que, inclusive, são dependentes da pró-



Foto: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

pria importação de **sementes geneticamente modificadas** e de agrotóxicos produzidos também por grandes transnacionais, e controladas pelos países de capitalismo central.

Ou seja, **entregamos muito da nossa biodiversidade**, da nossa saúde, contaminando muito as nossas águas. E, ao mesmo tempo, temos visto uma **reprimarização da nossa economia**, ou seja, maior valorização dos produtos primários, minério e agrícolas, e a ausência de políticas para desenvolver tecnologias aqui no Brasil – que poderiam inclusive ser **tecnologias sustentáveis**, de fortalecimento da população local.

Esses produtos que exportamos não vão alimentar a população mundial: vão servir de matrizes para a industrialização, por exemplo, de amido, etanol, óleos. Estamos dependentes de um **modelo produtivo bastante perigoso** – especialmente, porque a maior parte da área plantada de soja no Brasil é justamente com transgênicos e agrotóxicos importados.

Isso é bastante grave. Se não pensarmos em uma alteração nesse modelo econômico de produção de alimentos, que abasteça prioritariamente a população com alimentos saudáveis, preservando nossa **agrobiodiversidade**, os conhecimentos tradicionais e, ao mesmo tempo, investindo

em práticas de desenvolvimento tecnológico, de assessoria técnica e de industrialização no nosso território, corremos um risco sério de ficarmos **ainda mais dependentes** nos próximos períodos desse pacote tecnológico importado dos países de capitalismo central.

O discurso da “economia verde” muitas vezes é apropriado por grandes empresas para maquiar danos ambientais e confundir a população. Como distinguir o que é mera propaganda e o que são, de fato, boas práticas empresariais?

Naiara Bittencourt: Há uma operação, já há bastante tempo em curso, que tem sido chamada de **“economia verde”** ou **“financeirização da natureza”**: é uma maquiagem do capitalismo, induzindo práticas ambientais, especialmente lançando ativos ambientais no mercado da bolsa de valores. Por exemplo, vendem-se **créditos de carbono**, compensando em lugares ou biomas bastante distintos [de onde ocorreu a emissão de gases de efeito estufa].

É o chamado **“greenwashing”**, a “lavagem verde”. É uma maquiagem, que não resolve efetivamente os problemas socioambientais, de desmatamento, de queimadas, e basicamente busca um valor lucrativo dentro do mercado internacional de carbonos. Então, bota a natureza nesse mercado de circulação de mercadorias.

Por isso, há algumas outras soluções que o debate de empresas e direitos humanos tem apontado que não perpassam exatamente por essa **“economia verde”**.

Grandes transnacionais que atuam no Brasil, principalmente relacionadas a sementes ou agrotóxicos, não sabem se os produtos que vendem estão sendo usados em **áreas griladas**, de **desmatamento**, ou se estão **atingindo ou intoxicando povos originários**. Ou seja, seria fundamental uma transformação na prática de rastreabilidade e coibição de venda desses produtos em áreas de expansão, que aumentam a emissão de CO₂, com as queimadas, que substituem a mata nativa por grandes monocultivos de soja, que utilizam agrotóxicos e sementes transgênicas.

Outra dimensão seria que essas empresas também respeitassem, de fato, o direito à **consulta livre, prévia e informada** aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Tanto o Estado brasileiro, como essas grandes corporações, ao realizarem um empreendimento ou alguma medida que impacte territórios tradicionais ou os direitos dessas populações, devem **consultá-las e avaliar os impactos socioambientais** – não somente à natureza, mas aos modos de vida. Isso é um direito garantido [pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho], mas repetidamente desrespeitado no Brasil.

O debate sobre a construção de alternativas rumo a uma economia que respeite a vida envolve toda a sociedade, não apenas Estados e grandes empresas. Qual o papel de cada pessoa, no campo e na cidade, para estimular essas transformações? Por onde podemos começar?

Naiara Bittencourt: Todas as ações que visem transformar atitudes, formas de consumo, são importantes. É claro que uma ação organizada em uma **coletividade é sempre potencializada** e deve ser estimulada. Por exemplo, grupos de consumidores organizados para facilitar a aquisição de alimentos da agricultura familiar ou alimentos agroecológicos. Também há grupos, movimentos sociais organizados de camponeses, comunidades tradicionais, para fortalecer sua luta política. Essas formas de organização coletivas devem ser valorizadas.

Uma ação simples e importante é tentar ao máximo **estreitarmos a nossa cadeia de consumo** – de alimentos, especialmente. Saber de quem a gente compra, quem produz aquele alimento: encurtar o circuito.

Em vez de buscar um supermercado, um alimento que viajou por quilômetros, por estradas, com todo impacto ambiental produzido por monocultivos, podemos buscar comprar do agricultor familiar que mora na região metropolitana, que trabalha perto de nós, que comercializa seu alimento em feiras, em cestas agroecológicas.

Também é possível, mesmo na cidade, se engajar e **pressionar por políticas públicas** em várias escalas. Tanto em políticas públicas quanto em marcos legislativos, há avanços. Por exemplo, em **políticas municipais de redução de agrotóxicos**, legislações que proíbem a pulverização aérea de agrotóxicos – que é a forma mais perigosa de aplicação.



Foto: Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)

Boa parte dos estados têm **políticas estaduais de agroecologia**. Então, é possível se engajar não só para consumir, fazer o trabalho de redes, mas também se articular no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo nos municípios, nos estados e, até, no nacional.

Um caso atual, que representa a importância dessa mobilização, é a pressão da sociedade civil para impedir que o “pacote do veneno”, que pretende mudar a lei dos agrotóxicos, passasse até o momento. Esperamos que continue assim: que a sociedade civil continue incidindo, denunciando, marcando aqueles parlamentares que estão a favor, pressionando, enviando *e-mails*, se comunicando para que a gente **evite mais retrocessos** no campo dos direitos humanos e socioambientais.

A primeira edição da Revista Casa Comum traz uma explicação sobre a tramitação do PL do Veneno e seus impactos para a proteção ambiental.

Confira: bit.ly/CasaComum_E3_18

DECIFRANDO O ORÇAMENTO PÚBLICO

Por Rodrigo Bueno

Para onde vai o **dinheiro** do contribuinte brasileiro? Como os recursos obtidos a partir da arrecadação de impostos e outras receitas é gerido pelo poder público?

Para pensarmos em **economias transformadoras**, a partir de modelos mais inclusivos, que distribuam renda e garantam direitos, é preciso entender o orçamento público. Uma tarefa compartilhada por todos, necessária para compreender os elementos básicos desse instrumento para cobrar seus representantes. A **Revista Casa Comum** te ajuda nessa missão. **Confira:**



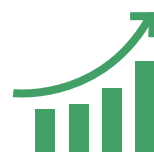
O que é

De maneira simplificada, pode-se dizer que o orçamento público é um rebuscado **instrumento de planejamento** que equilibra as receitas e a destinação de recursos. Ou seja, o montante de dinheiro que a "máquina pública" arrecada por meio de impostos e outras fontes e **como isso tudo será aplicado**: para pagar contas e garantir **o acesso** a direitos como saúde, educação, segurança e outras políticas públicas.



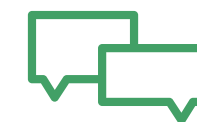
O DNA da gestão

Ao analisar como cada governo desenha seu orçamento, percebemos suas **prioridades** na relação com a sociedade e seus diversos interesses. Também indica o nível de **responsabilidade com as contas públicas**, afinal, é esperado que o governo não gaste mais do que arrecada.



Federalismo brasileiro

Todos os entes federativos – União, estados e municípios – devem **elaborar anualmente seu orçamento**. Vale lembrar que somente as despesas previstas no orçamento aprovado podem ser executadas.



Arcabouço legal

Esse instrumento está presente na Constituição Federal e é orientado pela **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. Funciona basicamente assim: o poder executivo **apresenta sua proposta** e ela é apreciada e **aprovada pelo legislativo** para, só depois, ser **sancionada**. Ou seja, deputados e senadores estudam a proposta, sugerem ajustes e dão o seu aval. Portanto, ambos os poderes são **responsáveis pelas decisões tomadas**.



Saiba mais:

- LDO: bit.ly/CasaComum_E3_19
- LOA: bit.ly/CasaComum_E3_20

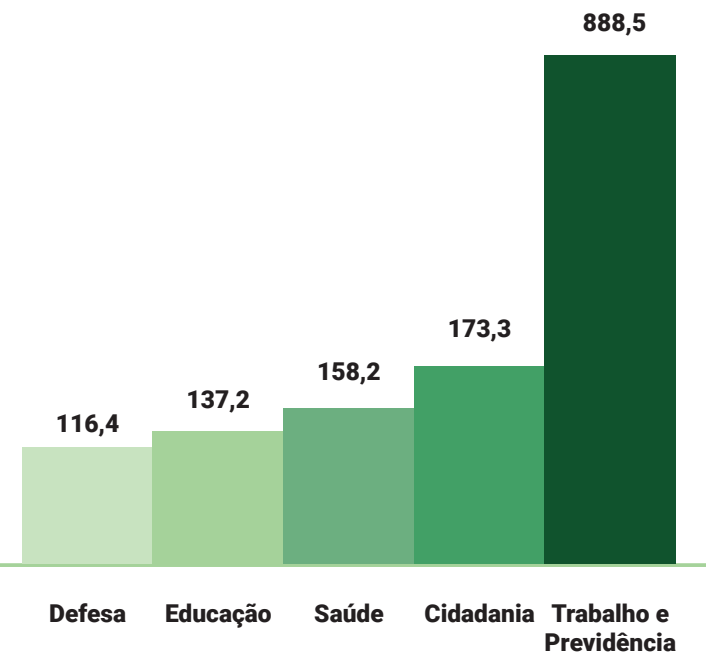
RAIO-X

OS NÚMEROS DE 2022

R\$4,7 trilhões

ORÇAMENTO ANUAL TOTAL

Ministérios com maior orçamento*:



*Números em bilhões de reais

O QUE MUDA PARA 2023

Tesourada na saúde

Ano a ano, pastas consideradas **estratégicas** para a **garantia de direitos** da população e desenvolvimento do país vêm perdendo recursos. Um bom exemplo é o da saúde. Mesmo em um período marcado pela pandemia de Covid-19, o orçamento da área **caiu de 179 bilhões de reais em 2019 para uma previsão de 149,3 em 2023.**

Isso significa **cortes significativos** em programas como Farmácia Popular e Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

NOTA DA REDAÇÃO

Uma informação importante até o momento do fechamento desta edição: o governo eleito já estuda alternativas para garantir compromissos firmados em campanha para atender a demandas das populações mais pobres. Uma delas é garantir o pagamento do Bolsa Família de R\$ 600 a partir de janeiro. Já foi apresentada ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que viabilize recursos para programas sociais.

Mais cortes na educação

De acordo com especialistas em orçamento, os recursos disponíveis para o **Ministério da Educação** em 2023 terão uma **redução de R\$ 7,8 bilhões no comparativo com 2022.**

Um dos segmentos mais afetados será o da **Educação Infantil**. Na proposta enviada, são cortados 97,5% dos recursos que apoiam a **construção de novas creches** nos municípios. Em 2022, o valor era de R\$100 milhões. Agora é de R\$ 2,5 milhões, dinheiro estimado suficiente para construir **apenas cinco unidades** de atendimento.



Saiba mais:

- Projeto Farmácia Popular: bit.ly/CasaComum_E3_21
- Secretaria Especial de Saúde Indígena: bit.ly/CasaComum_E3_22
- Projeto de Lei Orçamentária proposto pelo Governo Federal para 2023: bit.ly/CasaComum_E3_23

O TAL DO ORÇAMENTO SECRETO

Você já deve ter ouvido falar em "orçamento secreto". A expressão ganhou popularidade neste ano e, em sua essência, indica um grande **esquema de compra de apoio** de deputados e senadores pela presidência da república. A negociata começa na Comissão Mista do Orçamento e termina nos redutos eleitorais dos parlamentares. E, por consequência, representa **apoio irrestrito desses políticos ao governo** vigente. Entenda como funciona:



1 Ao definir **quanto de dinheiro vai para cada área** – saúde, educação, segurança –, lembra que o executivo, ou seja, em sua representação maior, o presidente da república, precisa submeter o projeto aos congressistas? Então, é nessa hora que **parte do recurso é direcionado**, via emenda parlamentar, para que eles apliquem em suas regiões.



2 Até 2020, era possível saber quanto de recurso ia para cada parlamentar. Mas o atual governo **mudou a regra**. Hoje, **a lei não obriga** que o orçamento indique quanto e para qual deputado ou senador determinada fatia está sendo direcionada.



3 Ou seja, o parlamentar que recebe a verba **se beneficia ao capitalizar investimentos** nas localidades onde recebe votos, e o Governo Federal consegue **manter uma base sólida de apoio** na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **Ganham esses políticos e perde o povo!**

Fontes: Ministério da Economia do Governo Federal, Jornal O Estado de São Paulo, G1, O Globo, Unafisco, LOA e Quebrando o Tabu.



Saiba mais:

- Coalizão Direitos Valem Mais: direitosvalemmais.org.br/
- Ministério da Economia do Governo Federal: bit.ly/CasaComum_E3_24
- Portal da Transparência: bit.ly/CasaComum_E3_25
- Orçamento fácil (Senado): bit.ly/CasaComum_E3_26



EM PAUTA

POUCA IDADE E MUITA DISPOSIÇÃO: O QUE JOVENS ATIVISTAS TÊM A DIZER EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

As novas gerações estão cada vez mais engajadas em ocupar espaços de debate e tomada de decisão, chamando atenção para a urgência de medidas de conservação de ecossistemas naturais.

Por Maria Victória Oliveira



Foto: Reprodução Jovens Pelo Clima

Uma confluência de fatores fez com que, em setembro deste ano, a fumaça proveniente de **queimadas** na Amazônia e na região Centro-Oeste do país viajasse por quase três mil quilômetros e chegasse a cidades das regiões Sul e Sudeste, encobrindo o céu com um nevoeiro e forte cheiro de queimado.

O **desmatamento** é apenas uma das ações que contribuem para as **mudanças climáticas** e para o desequilíbrio ambiental mundial, sobretudo em uma região de tamanha importância como a Amazônia. Segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), entre janeiro e setembro deste ano, a área de floresta derrubada na Amazônia Legal foi de 9.069 quilômetros quadrados, o que é quase oito vezes maior do que a cidade do Rio de Janeiro. O índice de área desmatada na região é o maior nos últimos 15 anos.

A situação retrata, na prática, o que **Naira Santa Rita Wayand** quer dizer quando afirma que mudanças climáticas representam um assunto de interesse de todas as pessoas. A coordenadora executiva de comunicação e desenvolvimento sustentável do **Instituto Perifa Sustentável** – organização da sociedade civil que mobiliza juventudes em prol de uma agenda de desenvolvimento sustentável para o Brasil a partir da justiça racial e ambiental – sofreu na pele um dos efeitos das mudanças climáticas no início de 2022. Natural de Petrópolis (RJ), Naira teve seu apartamento, no primeiro andar de um prédio, alagado devido às enchentes que são comuns na região no período do verão.

“Sabemos que existem zonas e territórios mais vulnerabilizados. Mas quando falamos de mudanças climáticas, é um assunto de todos nós independente do risco que achamos que corremos ou não. Se aconteceu no sul da Bahia, em Petrópolis ou na Flórida, nos Estados Unidos, então não é comigo? Há **uma série de consequências**, como ondas de calor e chuva de granizo, que afetam o todo.”

Ativismo jovem e representatividade

Cada vez mais jovens ao redor do mundo estão percebendo a urgência de agir imediatamente em defesa do meio ambiente.

Samela Sateré Mawé, representante do povo **Sateré Mawé**, estudante de biologia na Universidade do Estado do Amazonas, comunicadora da **Associação dos Povos Indígenas do Brasil** (Apib), secretária da organização **Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé** e ativista ambiental do **Fridays For Future Brasil**, fala sobre a importância de **decolonizar**, isto é, ocupar espaços que antes eram reservados apenas aos mais velhos.

“Se a política e mudanças climáticas afetam todo mundo, inclusive a juventude, por que não contribuir? Os jovens podem ocupar o espaço em que já estão, seja na educação, na saúde, na política ou na questão ambiental. Cada um tem a sua parte.”

Assim como Samela, Naira cresceu sabendo que gostaria de contribuir de alguma forma para a conservação dos ecossistemas. Quando criança, foi criada em meio à natureza. Mais velha, optou por se formar em gestão ambiental, conversando com outras áreas como planejamento e educação ambiental. “Eu vejo a juventude com **uma voz que de fato ecoa e reverbera**”, acredita.

Para a ativista, os mais **jovens têm alta capacidade de mobilização e organização** e podem contribuir de diversas maneiras a partir de objetivos claros. Como, por exemplo, na disseminação de temas, facilitando o acesso à informação e democratizando a pauta, elaborando projetos disruptivos e inovadores que consideram as especificidades de cada território e região, e a criação de novas tecnologias para combater mudanças climáticas.



Naira Wayand, coordenadora executiva de comunicação e desenvolvimento sustentável do Instituto Perifa Sustentável. Foto: Acervo pessoal

A pauta climática e o racismo ambiental

Hoje, com 24 anos, Naira, enquanto mulher jovem negra ativista, sente-se invisibilizada, e enxerga a sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e ESG (sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*; em tradução livre, meio ambiente, social e governança) ainda como **pautas elitizadas e brancas**, mesmo que muitos jovens negros estejam endereçando o tema a partir do seu trabalho de ativismo.

“No Instituto Perifa Sustentável, eu tenho como um dos meus propósitos fazer nascer novas referências negras. Há jovens negros incríveis de diversas idades e formações contribuindo com a pauta. E quando digo que me sinto invisibilizada, falo também desse coletivo que precisa de visibilidade geral, e não só o Perifa, mas muitos outros que também fazem um ótimo trabalho.”

“

A crise das mudanças climáticas é uma crise de direitos humanos sem precedentes, porque ela evidencia abismos sociais.

Naira Wayand, coordenadora-executiva de comunicação e desenvolvimento sustentável do Instituto Perifa Sustentável

Naira Wayand pontua que **não é possível dissociar** a luta contra as mudanças climáticas da pauta racial, uma vez que grupos historicamente negligenciados – como a população negra – são atingidos direta e desproporcionalmente por situações externas negativas decorrentes das alterações no clima.

Quando falamos de **racismos**, precisamos desse “S” bem enfatizado, porque são muitas facetas, **o ambiental e o climático** são apenas duas delas. A mudança do clima tem cor, raça, gênero e etnia”, aponta Naira.

O chamado **racismo ambiental** é igualmente complexo e se manifesta na falta de planejamento urbano, em casas sem a devida infraestrutura, em ruas que sofrem de alagamento, na falta de saneamento básico e no atraso na demarcação de terras indígenas e quilombolas.



Samela Sateré Mawé, representante do povo Sateré Mawé e ativista ambiental. Foto: Hick Duarte / Vogue Hope

Ativismo indígena na emergência climática

Samela Sateré Mawé carrega o ativismo no sangue. Sua avó foi uma das fundadoras da **Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé**, organizada, na década de 1990,

para lutar pelos direitos das mulheres que foram retiradas da **terra indígena Andirá Marau** para viver em Manaus, onde sofreram uma série de preconceitos.

Samela conta que, desde que consegue recordar, sempre participou de reuniões, atos, manifestos, exposições e debates relacionados ao **movimento indígena e de mulheres**, sendo que uma das grandes lutas dos povos indígenas é a **demarcação de terras**. A defesa do território caminha lado a lado com a pauta ambiental.

A jovem de 25 anos comenta que ser uma mulher, jovem e ativista amazônica é uma responsabilidade grande. A pessoa que assume esse papel, além de aceitar riscos e precisar abrir mão de muitas coisas, tem a tarefa de **representar seus pares**. Entretanto, ao mesmo tempo, é um caminho para ser uma das **protagonistas da história de defesa** dos direitos dos povos indígenas.

Demarcando as telas e as redes: o papel das mídias sociais

Quase 85 mil pessoas acompanham as postagens de Samela em seu perfil do Instagram (**@sam_sateremawe**). Para ela, as mídias sociais são importantes nesse cenário de ativismo, pois representam uma **ferramenta com potencial de influenciar pessoas em prol das causas socioambientais**. Ela conta que exerce um papel de promover a compreensão sobre a importância dos povos indígenas para a preservação ambiental, sobretudo porque **são os mais afetados** pelos efeitos das mudanças climáticas.

“É importante que nós influenciemos as pessoas para proteger o meio ambiente, além de descomplicar tudo o que precisam aprender sobre nossos direitos e justiça climática”, acredita a jovem. Se no mundo off-line fala-se sobre **demarcar a política**, Samela cita a importância de **demarcar as redes e as telas**, com cada vez mais ativistas ocupando as mídias sociais e espaços de construção de políticas que abrangem toda a população.

Fique por dentro das ações das juventudes!

- **Engajamundo:** engajamundo.org
- **Amazônia em Pé:** amazoniadepe.org.br
- **Greve Pelo Clima Brasil:** [@fridaysforfuturebrasil](https://www.instagram.com/fridaysforfuturebrasil) no Instagram
- **Instituto Perifa Sustentável:** [@perifasustentavel](https://www.instagram.com/perifasustentavel) no Instagram

EM PAUTA

A COP-27 E AS PERSPECTIVAS PARA A DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS

Por Mônica C. Ribeiro



Foto: Reprodução do site da COP 27

O mundo se uniu, mais uma vez, em torno da **emergência climática**. A **Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – a COP-27** – aconteceu de 6 a 18 de novembro em Sharm El Sheikh, Egito, reunindo líderes nacionais, organizações da sociedade civil, academia e outros atores que buscam soluções para mitigar e adaptar o planeta ao **aquecimento global** e às consequências trazidas por ele, e já sentidas em muitas partes do mundo.

O **Acordo de Paris**, assinado em 2015, cujo objetivo principal era **reduzir as emissões de gases** de efeito estufa para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C, foi amplamente comemorado como norteador de uma mudança. No entanto, decorridos sete anos, o mundo segue **batendo recordes** de aumentos de temperatura.

O mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) indicou que, para limitar o aquecimento a 1,5°C, as emissões precisam **parar de crescer em 2025 e cair 43% até 2030** (em relação aos níveis de 2019). O documento destacou a necessidade de **transformações rápidas**, em todos os setores, para evitar os piores impactos climáticos, mudanças de **comportamento e estilo de vida** com papel fundamental na mitigação das mudanças climáticas, a necessidade de **remover carbono** da atmosfera e de aumentar o financiamento climático de três a seis vezes até 2030.

Desde a COP-21, na qual foi assinado o Acordo de Paris, até o ano passado, na COP-26, a ênfase esteve em fechar regras para **manter o aquecimento médio do planeta em 1,5°C**, tornando o Acordo operacional e finalizando detalhes para sua implementação prática por meio do chamado Livro de Regras de Paris. Os países concordaram em entregar **compromissos mais fortes em 2022**, incluindo planos nacionais com metas mais ambiciosas, mas apenas 23 dos 193 países apresentaram planos à ONU até o momento.

Tendo avançado sobre isso, a COP-27 teve como expectativa endereçar como obter os recursos necessários para implementar **medidas que já estão definidas como fundamentais** para incrementar a mitigação e manter a meta de aquecimento em 1,5°C; e como lidar com a **agenda de adaptação e perdas e danos**, ligada aos países mais pobres e vulneráveis à emergência climática.

O investimento em adaptação significa preparar os países para enfrentar os inevitáveis **efeitos atuais e futuros do aquecimento global**, muitos dos quais já são evidentes, como secas e chuvas extremas, enchentes, deslizamentos etc. As **regiões mais atingidas** pelos efeitos da emergência climática lidam e lidarão, cada vez mais, com as perdas e danos causados por eles, afetando os meios de subsistência das pessoas, incluindo sistemas de energia, transporte e produção de alimentos.

A mensagem é clara: **o mundo não está fazendo o suficiente** para combater as emissões de carbono e proteger o futuro do planeta. É preciso apresentar metas **mais ambiciosas** para 2030, pois os planos atuais não darão conta de manter o planeta na meta de temperatura traçada.



Foto: Reprodução do site da COP 27

O Brasil na COP-27

Na COP-27, a participação é marcante, com mais de 30 mil pessoas representando governos, empresas, ONGs e grupos da sociedade civil. **O Brasil participou dessa edição com três pavilhões**: o oficial, do governo brasileiro atual, em fase final de mandato; o dos governadores da Amazônia, que levaram suas demandas específicas ao mundo; e o pavilhão que abrigou as organizações da sociedade civil que já atuam ou buscam apoio para suas ações no combate à emergência climática. Dezenas de organizações brasileiras participaram.

O **Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)** é uma das organizações que marcou presença na COP-27 com a agenda da preservação do Cerrado, que já contabiliza desmatamento e conversão ecossistêmica de **metade de sua área natural**, em grande parte para a agricultura de commodities. O bioma tem ampla produção de alimento e **produz serviços ecossistêmicos fundamentais** para o país, concentrando as nascentes de mais da metade das bacias hidrográficas do Brasil. A organização alerta que, assim como a Amazônia, **é preciso olhar para o Cerrado** quando o assunto é mudança climática e mitigação.

Ao lado de outras organizações, o Instituto buscou contribuir para o debate sobre direitos humanos, direitos territoriais e cumprimento da **Declaração de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra** em relação aos desafios climáticos.

Além de membros de sua equipe de assessoria técnica e de comunicação, o ISPN apoiou a **participação** de representantes da CONAQ (Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas) e da APIB

(Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) na COP.

“A questão da inclusão socioambiental nada mais é do que trazer quem está vivenciando na pele a questão das mudanças climáticas no dia a dia, de forma muito nua e crua. É quem tem quebra de safra e não tem acesso a crédito, apoios governamentais ou subsídios. É quem está vendo o rio atrás de casa secar e não pode fazer nada para mudar isso”, exemplifica **Isabel Figueiredo**, coordenadora do Programa Caatinga e Cerrado do ISPN.

O Programa já trabalha com adaptação à emergência climática, em especial, com as chamadas **tecnologias de convivência** com o semiárido: “Uma vez que a família tem uma ou duas cisternas – a da primeira água, de consumo, e a da segunda água, de produção – ela fica um pouco mais autônoma quanto às vontades políticas e consegue ter

maior resiliência em relação às variações climáticas.”

Isabel lembra que, quando começou a trabalhar no Cerrado, há cerca de 15 anos, não se falava muito em **falta d’água** e, hoje, já se veem rios secando e a **produção agrícola ameaçada** por causa das mudanças climáticas. “Buscamos trabalhar a questão da conservação ambiental como ferramenta para a inclusão social, entendendo que, se temos um ambiente saudável, surgem mais soluções de geração de renda a partir da floresta em pé, do cerrado em pé, da caatinga em pé. E essas famílias aproveitam os produtos de suas roças e os produtos de suas áreas nativas com mais opções de geração de renda, estando mais inseridas na vida econômica, tendo mais acesso a dinheiro para viabilizar o transporte, a universidade, investimentos na propriedade e proteção das questões climáticas.”



Seca do Rio São Francisco.
Foto: Agência Brasil

Garantia de direitos e conexão com a natureza

A **Casa Galileia** trabalha com a mobilização dos públicos cristãos do Brasil para temas relacionados à **justiça socioambiental, democracia e direitos humanos**, reunindo um time de pessoas dos campos **católico e evangélico** progressista e democrático.

“Sempre tivemos muito, em nosso DNA, desse trabalho com as questões socioambientais, que são centrais hoje para a garantia dos direitos humanos. É um **debate que já mobiliza públicos cristãos**. O lado católico no Brasil tem bastante atuação nesse sentido com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a Repam (Rede Eclesial Pan-amazônica), o Movimento Laudato Si e a Cáritas Brasileira. Quem divulga o relatório de conflitos no campo é a Comissão Pastoral da Terra. E no lado evangélico, também temos a conexão Evangélicos pelo Clima. Muitas lideranças progressistas cristãs envolvidas com o tema atuam hoje no país. São coisas muito ligadas,” analisa **Leon Souza**, diretor de engajamento social da Casa Galileia.

Leon destaca que um grande desafio colocado para o debate relacionado à emergência climática é fazer com que as **populações que mais sofrem com seus efeitos estejam no centro** do debate político e das políticas públicas sobre o tema.

“O debate sobre as mudanças climáticas caminha por um lado extremamente institucionalizado, que é fundamental, mas, por outro, temos essas comunidades do campo e da cidade que sentem seus impactos sem muitas vezes identificá-los com esse nome. Entendemos as mudanças climáticas como um **conjunto de fenômenos e modificações que o clima tem sofrido**, e precisamos disso para fazer negociações, dar passos para garantir políticas públicas. Mas, se não trazemos as populações que sofrem com isso na escala das suas vidas, temos um risco muito grande de seguir com políticas extremamente descoladas da realidade dessas pessoas. Precisamos garantir uma participação real, e não apenas simbólica.”

Outro ponto destacado por ele são os **diferentes cosmovisões sobre a questão ambiental**, que precisam ser levadas em consideração no caminho pela justiça socioambiental no âmbito da emergência climática.

“Essa concepção moderna que nos separa da natureza, como se o meio ambiente estivesse em um lugar e nós em outro, não é comum a todas as sociedades. Há sociedades que se entendem como parte da natureza. O grande desafio está nessa dimensão da cosmopolítica, de como é que essa racionalidade da política nossa, moderna, vai lidar com outras concepções de tempo e natureza que não são as nossas, que são as dos povos e comunidades tradicionais, por exemplo.”

Leon destaca que, sobretudo, quem vive na cidade foi educado em um sistema moderno, urbano, industrial, que traz uma ideia de condição de “superioridade” em relação ao **campo e a outros modos de estar no mundo**. E hoje percebe um **movimento de retomada** da relação que se tem com a natureza e da concepção de humano e não humano como fundamental na mudança de paradigma.

“Fomos educados em uma lógica extremamente neoliberal, de dualismo cidade versus campo, civilização versus natureza, enfim, e tudo isso tem a ver com esse momento em que nós chegamos, extremamente conservador. No Brasil, no mundo inteiro. São 30 anos da Rio 92 e a sensação que temos é que as coisas só pioram a cada relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Por muito tempo, acreditamos que, para salvar o planeta ou enfrentar a emergência climática, bastava a tecnologia, com essa concepção moderna de que a humanidade teria uma pretensão superioridade técnica sobre a natureza.”

O Papa Francisco é muito assertivo quando critica esse paradigma tecnocrático na Encíclica Laudato Si. Precisamos da tecnologia, mas essa relação do ser humano com os outros seres e a própria terra talvez passe por coisas que deixamos de lado, que são coisas que os povos indígenas, ameríndios, quilombolas, ribeirinhos e pessoas que vivem na cidade e concebem outras formas de relação com o espaço trazem. Uma relação não de dicotomia, mas de comunhão.”

Ele analisa que tudo isso ocorre, no momento atual – extremamente conservador –, como um **projeto ambiental catastrófico** que se alastra pelo Brasil, intensificado nos últimos quatro anos, que propõe, dentre outras coisas, tirar os povos indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos de uma situação de “barbárie” e trazê-los para uma condição de “civilizados”.

O que significa fazer com que abandonem a lógica de que **são parte da natureza e facilitar a exploração predatória** de terras para atividades pouco virtuosas, que degradam os ecossistemas – hoje, em grande parte, conservados por essas populações – e ampliam o lucro de poucos. Invisibilizando e aniquilando todas as **formas de interconexão** com o ambiente e com a natureza, que também somos nós.



Leia mais:

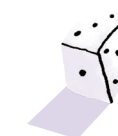
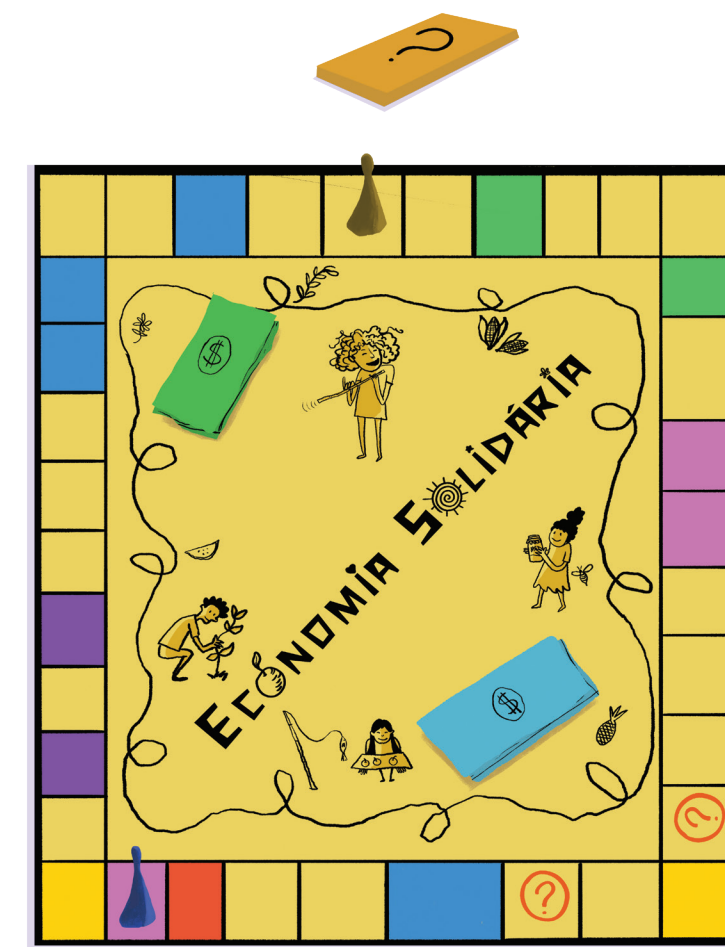
COP-27: Brasil chega à conferência do clima com descrédito internacional, frisa especialista em: bit.ly/CasaComum_E3_62

NA PRÁTICA

INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONSTRUINDO OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS

Por Dayse Porto

Entenda o que é e o que propõe a EcoSol e conheça algumas iniciativas Brasil afora.



Ilustrações: Anderson Mani

NA PRÁTICA

Quando falamos sobre a necessidade de combater as desigualdades sociais e as formas possíveis para diminuí-las a longo prazo, uma das principais apostas do campo democrático e popular no Brasil é a **economia solidária** (EcoSol).

Definida como um conjunto de **atividades econômicas** de produção, distribuição, consumo, troca, poupança e crédito, a EcoSol apresenta um projeto de transformação social baseado em **outras formas de produzir e consumir** organizado sob a forma de cooperativas, associações, empreendimentos autogestionados, redes de cooperação, finanças solidárias, bancos comunitários, cooperativas de crédito, clubes de trocas, entre outras modalidades **organizadas no campo e na cidade**.

A economia solidária vem se consolidando ao longo das últimas décadas como uma **alternativa à crise** do atual sistema econômico e uma possibilidade inovadora de geração de trabalho e renda, a partir de fundamentos da **cooperação, solidariedade e autogestão**, ou seja, uma outra forma de pensar e fazer economia, voltada para atender as necessidades e o desenvolvimento social de forma mais justa e menos desigual.

Confira algumas iniciativas que se destacam pelo Brasil afora:

A **Cooperativa Paraibana de Empreendimentos Econômicos Solidários** (ECOSOL-PB) é um grupo que desenvolve atividades de comercialização e de prestação de serviços e possui, entre os seus cooperados, segmentos do artesanato, rede de bancos solidários, agricultura familiar e catadores da economia solidária. O projeto está inserido nas atividades da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) e do Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR).

Conheça: enlacespb.org

O **Instituto Sociocultural, Ambiental Tecnológico de Projetos de Economia Solidária** (IPÉS) atua com geração de trabalho e renda por meio de assessoramento técnico e formação de empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de agir no desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental e tecnológico. Realiza uma série de ações em Brasília, como a oferta de cursos de culinária, cabeleireiro, teatro, música, entre outros, tendo como foco pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Veja: institutoipes.org.br

O **Instituto Paul Singer** tem como missão continuar e reinventar o legado de Paul Singer, economista, doutor em Sociologia e um dos maiores nomes da EcoSol no Brasil, na promoção da democracia e da solidariedade. Além de oferecer um espaço de colaboração e diálogo de organizações e movimentos sociais na troca de experiências, o Instituto tem um centro de referência para pesquisas, debates, formação e produção de novos conhecimentos, atuando, também, como catalisador de redes regionais, nacional e internacional, de pessoas e organizações comprometidas com a EcoSol.

Conheça: institutopaulsinger.org.br

A **Rede de Saúde Mental e Economia Solidária** surge a partir da identificação da existência de empreendimentos econômicos solidários que se articulam com a rede de atenção psicossocial em inúmeros municípios, dentro da proposta de reabilitação psicossocial. A rede é composta por serviços, profissionais e trabalhadores-usuários de serviços de saúde mental e empreendimentos de economia solidária com diferentes atuações em 12 territórios do estado de São Paulo.

Veja: saudeecosol.org

A **Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares** (ITCP) tem como principal objetivo desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da EcoSol no estado do Rio de Janeiro. Ela surge para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos, apresentando um modelo de gestão democrático e participativo.

Saiba mais: itcp.coppe.ufrj.br

O **Instituto Chão** é uma organização sem fins lucrativos, com sede na capital paulista, que oferece um espaço de convivência e economia solidária, trabalho e reflexão para fomentar a discussão dos valores da EcoSol, além de encaminhar ações conjuntas para promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental. O Chão não tem lucro e a manutenção do projeto não está inclusa no valor dos produtos.

Saiba mais: institutochao.org

O **Banco Palmas** é conhecido mundialmente pelo pioneirismo na implementação de práticas de economia solidária, sendo a experiência de Banco Comunitário mais antiga do país. Foi criado pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp) em parceria com organizações não governamentais do Ceará focadas no desenvolvimento do Conjunto Palmeiras, uma favela com 32 mil habitantes situada na região sul de Fortaleza. O banco já lançou algumas moedas que circulam no território: a Palmacard, primeira experiência de moeda social que circulou no Conjunto Palmeiras; a Palmares, moeda criada para ser utilizada dentro dos clubes de trocas da comunidade; a Palmas Momomo, que surgiu como um desdobramento da Palmares quando a comunidade identificou que as trocas de produtos não precisam estar vinculada exclusivamente às feiras; e a Palminhas, moeda criada exclusivamente para desenvolver trabalhos com as crianças.

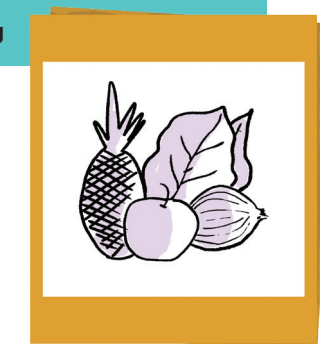
Conheça: institutobancopalmas.org

A articulação **Rede Mandala – Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade** –tem como objetivo consolidar uma Rede Estadual de Economia Solidária no Paraná como estratégia de fortalecimento e ampliação da produção, comercialização e consumo na perspectiva do fortalecimento da política pública. O projeto desenvolve instrumentos para apoiar a criação, o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias sociais visando a geração de renda dentro dos princípios da EcoSol.

Veja: cefuria.org.br/redemandala

A **Rede de Economia Solidária e Feminista** (RESF) é formada por mulheres da economia solidária em 11 estados do país que une a inclusão social e produtiva com a luta pela valorização dos cuidados e do trabalho doméstico e reprodutivo. Atua por meio da integração de empreendimentos e do fortalecimento das Redes Locais para que se tornem mais fortes na economia, na produção, na comercialização e consumo solidário.

Conheça: portal.resf.com.br



EM PERSPECTIVA

PERSPECTIVAS E CAMINHOS PARA UMA ECONOMIA COM EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

Aprender com os que vieram antes de nós é necessário para seguir em direção ao futuro.

Por Livia Lima*

(*) Livia Lima é cofundadora do **Nós, mulheres da periferia**, redação jornalística de mulheres periféricas com olhar para temas importantes no Brasil e no mundo.



Marcha das Mulheres Negras.
Foto: Rovena Rosa / Agência Brasil

Na África, na cultura dos povos **adinkra**, existe um símbolo que se chama **Sankofa**, cujo desenho é a representação de um pássaro que volta seu olhar para a cauda e possui o significado **"retome e aprenda com o passado"**. Ele é muito utilizado para nos lembrar de que, para que tenhamos perspectiva de futuro, precisamos aprender com quem veio antes.

"*Nossos passos vêm de longe*" é uma frase de **Jurema Werneck**, diretora da **Anistia Internacional no Brasil**, que frequentemente também mencionamos quando queremos reforçar que é necessário **trilhar os mesmos caminhos dos nossos ancestrais** para seguirmos em frente.

Quando pensamos em perspectivas econômicas para o futuro, que sejam mais justas com todas as pessoas, sobretudo as minorias sociais, não é necessário "reinventar a roda" – as respostas, muitas vezes, **estão nos modos de vida das comunidades** e sociedades das quais essas mesmas minorias se originam.

No Brasil, todos nós convivemos com os resquícios da violenta e cruel colonização pela qual o país se constituiu, que, quando não exterminou completamente, continua exterminando os povos originários e os negros, excluindo-os de seu sistema, baseado na expropriação e exploração. Para propor, então, uma economia que considere essas pessoas, é preciso **reconstruir um modelo de sociedade** a partir de matrizes que foram dispensadas ao longo desse processo.

Uma dessas matrizes é o conceito de **"bem-viver"**, que orienta e sustenta diferentes formas de organização de diversos povos originários da América Latina e que, essencialmente, tem o objetivo de **promover uma convivência harmoniosa entre o cosmo, a natureza e a humanidade**.

A intelectual e ativista paraense **Nilma Bentes**, que incitou a criação da **Marcha das Mulheres Negras**, evento que reuniu mais de 50 mil mulheres negras em Brasília em novembro de 2015, formulou, para esse encontro e o movimento de mulheres negras, o conceito do **"bem-viver"**, que vem sendo norteador de diversas ações protagonizadas por mulheres negras em todo o país. Baseado na cultura *afro-ameríndia*, o bem-viver propõe a relação do ser humano e da natureza, de forma a preservar os recursos e garantir a sobrevivência sustentável de todos.

Em **comunidades indígenas e quilombolas**, por exemplo, as divisões de trabalho produtivo entre homens e mulheres podem até ser distintas, mas todas elas contribuem para que toda a coletividade seja contemplada, todos fazem sua parte porque todos serão igualmente beneficiados. Em uma economia de fato equitativa, **não é possível que uns ganhem mais e outros menos** a partir de critérios e parâmetros distorcidos de gênero, raça e classe.

Enquanto o valor do trabalho for monetizado sem considerar os aspectos históricos e sociais envolvidos em suas definições, mulheres, sobretudo as **negras, continuarão na base da pirâmide**, sendo as que recebem os menores salários, e submetidas aos trabalhos mais vulneráveis.

Não por acaso, a **regulamentação do trabalho doméstico**, realizado majoritariamente por mulheres negras, só aconte-

ceu em 2015 com a Emenda Constitucional 72 – a PEC das Domésticas – somente 27 anos depois de promulgada a nossa Constituição Federal.

Há, atualmente, esforços com o objetivo de integrar pessoas negras, indígenas, portadoras de necessidades especiais em diferentes posições profissionais, promovendo a diversidade no mercado de trabalho. Essas iniciativas são muito importantes, mas, também, elas **precisam considerar as especificidades** que essas ações requerem diante de seus contextos.

Não é possível, por exemplo, desejar que pessoas negras ocupem altos postos de liderança se, para isso, são estabelecidos critérios – supostamente – técnicos de formação, experiência, competências que exigem acesso a determinados espaços e conhecimentos que foram historicamente negados a essa população. Para inserir de fato, é preciso **entender possíveis limitações e desenvolver estratégias para superá-las**.



Representação do símbolo Sankofa

Os povos originários e as comunidades negras e quilombolas já praticavam, desde antes da colonização, ações comunitárias, coletivas, convivendo de forma menos agressiva com a natureza e relacionando-se de forma mais equitativa com o ecossistema, onde todas as pessoas contribuem e recebem de forma justa.

Essa constatação não significa romantizar todo o sofrimento que nossos ancestrais passaram e o quanto seguimos sofrendo e resistindo, mas é fundamental avaliar que um projeto de sociedade que não considerou suas sabedorias e práticas de solidariedade está cada vez mais **fadado a continuar errando e se autoaniquilando**.

Nós, povos indígenas e negros, não queremos ser incluídos em um sistema racista, misógino, classista. Não queremos compactuar com um regime assassino e explorador. Queremos que **nossas origens e valores sejam reconhecidos e implantados**. Queremos justiça ambiental, trabalhista, social e econômica.

POR UM BRASIL QUE NÃO MATE FUTUROS

Por Mayara Nunes*

Vivemos em uma sociedade com um conjunto de práticas permeadas por um imaginário que promove, de forma estrutural, a segregação e o preconceito étnico-racial. Esse processo em que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos é composto por três dimensões: **a economia, a política e a subjetividade**, que condicionam as pessoas racializadas a uma dinâmica cotidiana de constrangimento e exclusão.

Não é à toa que as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social, compondo a maior proporção de trabalhadoras domésticas do país. A carga tributária brasileira pune, proporcionalmente, a população mais pobre, porque os tributos sobre o consumo de bens e serviços são regressi-

vos, pesando mais no orçamento das famílias que ganham menos, justamente as que recebem os piores salários e ocupam os postos de trabalho mais precarizados.

Esse sistema de funcionamento reproduz condições de desigualdade que colocam **as pessoas negras na base da nossa sociedade**, com menor acesso a direitos e oportunidades, mais expostas à violência e à segregação. É esse padrão de "normalidade" que opera no Brasil, afetando cotidianamente a vida de milhões de pessoas, que o artigo escrito por **Mayara Nunes, do Instituto de Referência Negra Peregum**, ataca. Uma reflexão urgente não apenas no mês em que se clama pela consciência negra, mas para todos os dias. Confira:

Enquanto houver **racismo e intolerância**, a juventude negra não estará a salvo, pois sempre terá o alvo como marca na pele, no andar, na roupa, no boné, no cabelo black, no corpo. Andar sem documento? Onde já se viu? Para mãe preta, é um tormento, certamente, um dia conduzido pela incerteza da volta do filho para casa.

A cada confusão do Estado, um **futuro cai no chão**. Futuro médico, arquiteto, empreendedor, futuro artista, futuro professor. A cada confusão, um jovem é assassinado, uma mãe chora sua perda em silêncio e "erros" são justificados, mas nunca se erra o alvo.

Confundem marmita com arma, guarda-chuva com fuzil, bíblia, macaco hidráulico, furadeira, saco de pipoca, celular, só não confundem o lugar. A criminalização de territórios inteiros, a desigualdade, a falta de estrutura. Saneamento não chega, educação não chega, cultura não chega, **mas a bala chega** antes de tudo.

O cotidiano da **juventude negra e periférica** é marcado pela insegurança ou pela segurança pública? Nem a infância está protegida, segue sendo coagida, perseguida pela bala perdida nos quintais de casa, nas brincadeiras de rua, nas janelas da sala de estar, na escola. O Brasil não te deixa estudar.

(*) Mayara Nunes é jornalista do **Instituto de Referência Negra Peregum** [[@institutoperegum](https://www.instagram.com/institutoperegum) no Instagram] e militante da Uneafro Brasil [uneafrobrasil.org]

Um país que saiu do Mapa da Fome, que construiu universidades e ampliou o acesso à saúde, hoje, voltou a **bater recordes de pessoas em situação de insegurança alimentar** e desemprego. Isso sem falar nas escolas de tiro espalhadas por todas as cidades. Fuzis e metralhadoras na mão de civis. A merenda cortada há quatro anos, redução em verbas destinadas à educação e à pesquisa científica, desmantelamento da cultura, cortes no SUS (Sistema Único de Saúde) e nos benefícios sociais, não?

A juventude não espera, o motoboy que entrega comida passa fome na viela, o novo é reprimido e o mesmo ovo dividido em quatro partes, não ficar louco no Brasil é uma arte.

É tanta morte física e subjetiva. Falta remédio, falta comida. E a vida vai se condicionando a uma **sobrevida**. Sobrevivendo à violência, à falta de emprego, à moradia digna e se esquivando da bala que invade a favela. E o "desenvolvimento" segue justificando guerras cotidianas.

Um país que educa se desenvolve sem destruir suas florestas. Um país que não desperdiça potencial humano faz a roda da economia girar. Um país que investe em cultura ao invés do encarceramento é um país seguro para a mãe cujo filho saiu sem documento. Um país que acredita na juventude **é um país que não mata futuros**.

MOBILIZE-SE



Foto: Reprodução Escola do Ativismo

É PRECISO AGIR: CAUSAS PARA SE ENGAJAR EM 2023

Confira uma seleção de temas centrais que merecem atenção e atuação de brasileiros no próximo ano.

Por Dayse Porto

As últimas eleições de 2022 deixaram um misto de insegurança com esperança no futuro, pois os próximos quatro anos serão cruciais para garantir **mudanças estruturais e permanentes no país**.

Os eleitores brasileiros elegeram diversos parlamentares **comprometidos com a defesa dos direitos humanos e socioambientais**, alguns nomes mais expressivos no cenário nacional, como **deputados federais e estaduais** são Marina Silva (Rede-SP), Duda Salabert (PDT-MG), Célia Xakriabá (PSOL-MG), Talíria Petrone (PSOL-RJ), Guilherme Boulos (PSOL-SP), Renato Freitas (PT-PR), Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Sônia Guajajara (PSOL-SP), a primeira deputada indígena da história de São Paulo, além de outros representantes de movimentos sociais e das lutas populares **também no Senado e em governos estaduais**.

Por mais expressivas que sejam essas bancadas na **macro-política** brasileira, proteger a nossa **Casa Comum** e cuidar

dela vai muito além da esfera institucional, especialmente após os retrocessos dos últimos anos. O avanço do conservadorismo e dos ataques à defesa de direitos **não terminarão com a troca de governos** ou com a eleição de alguns representantes de causas sociais. As mudanças permanentes que precisam ocorrer para preservar o planeta e caminhar rumo a uma sociedade mais justa e igualitária requerem **organicidade e comprometimento** para além dos períodos eleitorais.

A **urgência** que a constante violação de direitos aponta é para a necessidade de que cada pessoa atue na **micropolítica** de suas comunidades. É preciso agir. Existem várias agendas estratégicas para o próximo período que merecem muita atenção, como o enfrentamento às desigualdades sociais, a reconquista de direitos trabalhistas, a preservação do meio ambiente, o combate ao racismo, entre outras pautas urgentes. Para contribuir com esse processo de engajamento de seus leitores, a **Revista Casa Comum** elencou **quatro causas centrais** que merecem atenção e atuação em 2023. Confira:



Foto: Tânia Rêgo / Agência Brasil



Educação: acesso, universalização e qualidade

A pandemia escancarou o abismo educacional existente no Brasil, um desafio antigo que foi agravado pela crise econômica e sanitária. Temas em que se tentava avançar nos últimos anos na área da **educação** ficaram em suspenso.

Segundo dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2021, cerca de 85% das redes municipais apresentaram **queda no desempenho médio** dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Já nos anos iniciais, foi registrada queda em 74% dos municípios em relação aos resultados de 2019, coletados antes da pandemia.

As negligências do passado apontam **muitos desafios para o futuro** e, sem investir em educação, não será possível promover o crescimento econômico sustentável e avançar na redução das desigualdades sociais. Existem **diversas iniciativas que atuam com pautas da educação** nos setores público,

privado e no terceiro setor e, também, projetos comunitários, autogestionados por grupos espalhados em todo o país, como os **cursinhos populares**.

Uma das formas de **atuar em defesa da educação** brasileira é compor os **Conselhos Escolares**, um instrumento de **participação popular** garantido pela legislação brasileira em todas as instituições de ensino do país, assim como são reservadas vagas nos **conselhos municipais e estaduais de educação** para representantes da sociedade civil.

Mas também é possível se engajar, por exemplo, como **mentor ou educador** em projetos de formação (inclusive ensinando idiomas, habilidades profissionalizantes, formação política, etc.), **organizar mutirões ou eventos** educacionais para estudantes ou mesmo **articular pessoas estratégicas** de cada território, como mães e pais, educadores, representantes públicos e ativistas de uma região em torno das necessidades específicas da educação local.

Além disso, existem **organizações de referência** no Brasil que atuam para viabilizar o acesso à educação, melhorar sua qualidade e promover sua universalização. Confira algumas delas e participe:



A **Campanha Nacional pelo Direito à Educação** é considerada a articulação mais ampla e plural no campo da educação no Brasil, constituindo-se como uma rede que articula comunidades escolares, movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, grupos universitários, entre outros. Para fazer parte de um comitê regional, é preciso entrar em contato com a entidade ou com a pessoa que coordena essa instância no local.

■ Saiba mais em: campanha.org.br

A **UNEafro** é uma rede de articulação e formação de jovens e adultos moradores de regiões periféricas que se organiza em torno de núcleos de educação. As ações atendem cerca de 2 mil estudantes com 350 professores organizados entre os 31 núcleos de educação espalhados por São Paulo e Rio de Janeiro e, também, pelo Núcleo Virtual. A organização abre inscrições periódicas para voluntários.

■ Saiba mais em: uneafrobrasil.org

O projeto **Quero na Escola** usa a tecnologia para ouvir as demandas de estudantes de escolas públicas de todo o Brasil e conecta voluntários para atendê-las. Funciona assim: adolescentes se cadastram no *site* e dizem o que mais gostariam de aprender, os pedidos são mostrados na plataforma por escola, por assunto ou por localização e divulgados nas redes. A partir daí, interessados em colaborar voluntariamente se cadastram e enviam uma proposta e a equipe do projeto faz o contato com a escola, estabelecendo pontes entre as partes.

■ Saiba mais em: queronaescola.com.br



Saúde mental: assunto de todas as pessoas

A pandemia escancarou o abismo educacional existente no Um tema que veio à tona com força e para ficar devido à pandemia foi a **saúde mental**, assunto que atravessa a vida de todas as pessoas, nos vários contextos sociais, mas que ainda enfrenta um enorme tabu.

O Brasil já era o país mais ansioso do mundo e apresentava uma **alta crescente em condições de saúde mental** antes mesmo da pandemia. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), mais de 9% dos brasileiros sofriam com ansiedade antes do período de isolamento social e quase 6% das pessoas sofriam com depressão. No final de 2021, um novo levantamento da OPAS apontou que 40% dos brasileiros tiveram problemas de ansiedade durante o período.

Surgem, também, novas situações que afetam a saúde mental, como a **ecoansiedade**, caracterizada pelo medo crônico em relação à destruição ambiental acompanhado do sentimento de culpa por contribuições individuais e o impacto disso nas futuras gerações. A sensação de **angústia em relação ao futuro** afeta especialmente os mais jovens.



Para engajar-se na causa da **saúde mental**, além de compor os conselhos municipais e estaduais de saúde, que também garantem a participação da sociedade civil, é possível atuar como voluntário no **Centro de Valorização da Vida (CVV)**, organização que realiza apoio emocional e prevenção do suicídio, atendendo voluntária e gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar por telefone, *e-mail* e *chat* 24 horas todos os dias. O CVV aceita voluntários após participação em cursos de capacitação.

■ Saiba mais em: cvv.org.br

Para quem é **profissional da saúde**, existem várias oportunidades de engajamento em projetos que oferecem acessos aos cuidados em saúde mental em diversas modalidades, como a **Rede Autoestima-se**. Trata-se de uma articulação composta por uma equipe multidisciplinar que atua em 14 estados brasileiros para apoiar pessoas que buscam entender e aperfeiçoar seus conhecimentos nas áreas da psicologia, autoconhecimento, educação socioemocional e práticas holísticas. Constantemente, são abertos processos seletivos para a inscrição de psicólogos que desejam atender voluntariamente por meio do Grupo de Acompanhamento.

■ Fique de olho em: redeautoestimase.com

Geração de trabalho e renda: desenvolvimento laboral e socioeconômico



O Brasil voltou ao **mapa da fome**. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), já são mais de 60 milhões de brasileiros com algum tipo de **insegurança alimentar**, o que significa que uma em cada três pessoas enfrenta dificuldade para comer. Esse cenário deve-se, entre outros fatores, ao **aumento do desemprego** no país e à queda na renda mensal dos brasileiros que, em 2021, era de R\$ 1.353,00, o menor valor desde 2012, segundo dados da pesquisa *Rendimento de Todas as Fontes - 2021*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para reverter o cenário de instabilidade socioeconômica, agravada pela crise climática, será necessário um grande esforço mundial na contenção dos danos provocados pelos hábitos de produção e consumo e pelas políticas estabelecidas. É preciso alterar o modo como se vive e adotar **novos modelos de desenvolvimento e de geração de renda**.



A plataforma da **Atados** conecta voluntários com milhares de organizações sociais e possibilita encontrar causas para atuar. No eixo "**treinamento profissional**", por exemplo, existem vagas diversas em organizações da sociedade civil que desenvolvem iniciativas na frente de trabalho e geração de renda, com públicos das várias regiões do Brasil.

■ **Encontre um local para atuar em:** atados.com.br

O **Projeto Abacaxi** fornece apoio a pequenos empreendedores nas periferias e tem como objetivo ajudar na profissionalização dos negócios e aumentar a geração de renda das famílias e de comunidades de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ). É possível se cadastrar para receber apoio para negócio, indicar um nanoempreendedor ou para ser voluntário e apoiar um empreendimento.

■ **Saiba mais buscando por:** [@projeto.abacaxi](https://www.instagram.com/projeto.abacaxi) no Instagram

O **Hub de Bioeconomia Amazônica** conecta, articula e amplifica experiências e soluções de diversos atores para a promoção de uma **bioeconomia inclusiva** na Amazônia. O projeto, executado pela **Fundação Amazônia Sustentável** (FAS), cria pontes entre o chão da floresta e investidores, instituições públicas e privadas, redes atuantes no ecossistema amazônico, organizações internacionais; e atua no estabelecimento de mecanismos financeiros aderentes à realidade dos empreendimentos comunitários. O *hub* também tem um programa de voluntariado.

■ **Saiba mais em:** fas-amazonia.org/hub-de-bioeconomia-amazonica

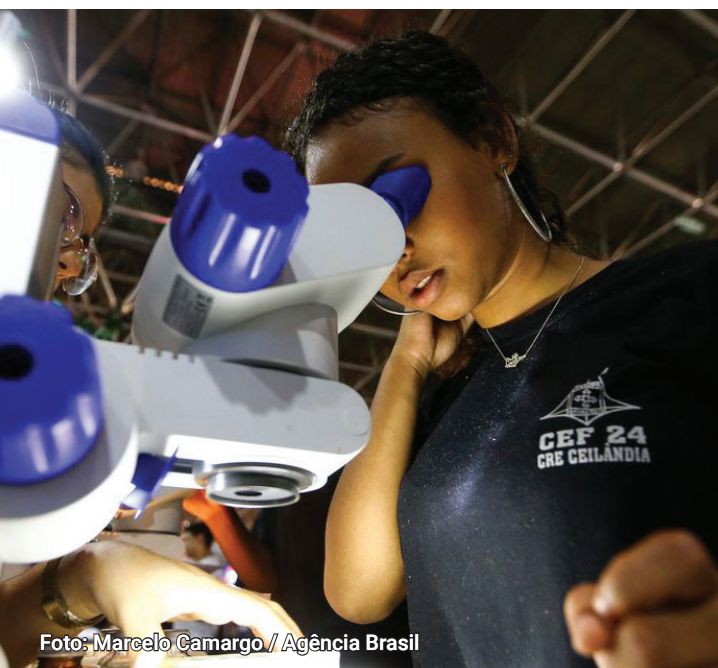


Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

Ciência e tecnologia: dados abertos e conhecimento reprodutível



Majoritariamente, o setor científico no Brasil é custeado pelo Estado. São nos institutos públicos de pesquisa e de educação que, em diversas áreas, se produz **ciência e conhecimento acadêmico** no país. Por isso, os seguidos cortes de orçamento público nos últimos anos para pesquisa são tão prejudiciais para o desenvolvimento tecnológico.

De acordo com o Observatório do Conhecimento, o **orçamento público federal direcionado a pesquisas científicas caiu 60%** entre 2014 e 2022. O Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, **teve queda no valor orçamentário de 49,7%**, de 2015 a 2021, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligada ao Ministério da Educação, **teve queda de 42,6%**, de 2014 a 2021.

A negligência no investimento nos dois principais órgãos públicos que financiam pesquisas no Brasil **custou caro** durante a pandemia e resultou num cenário de desmonte da ciência brasileira. Porém, há iniciativas atuando para reverter esse quadro.

A **Agência Bori** trabalha para aumentar a presença da **ciência na mídia** nacional e, assim, ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento produzido. A Agência reúne estudos de universidades e institutos de pesquisa nacionais com embargo, produz releases e materiais audiovisuais para facilitar a cobertura dos repórteres. É possível atuar como jornalista, com acesso a pesquisas inéditas, bancos de fontes e materiais de apoio, e também como cientista, para pessoas vinculadas a qualquer instituição de pesquisa.

■ **Saiba mais em:** abori.com.br

O **Projeto Albatroz** é mantido pelo Instituto Albatroz, organização que atua em parceria com o Poder Público, empresas pesqueiras e pescadores para desenvolver pesquisas para subsidiar políticas públicas e a promoção de ações de **educação ambiental** junto com pescadores e às escolas. A iniciativa está presente em seis estados brasileiros e oferece um programa de voluntariado em que é possível atuar em diferentes atividades, como administrativas, de comunicação, educação ambiental, técnicas ou fazer parte da equipe em eventos.

■ **Saiba mais em:** projetoalbatroz.org.br



AGENDA DE PRESSÃO

ECONOMIAS TRANSFORMADORAS: PROJETOS QUE APONTAM PARA OUTRAS FORMAS DE PRODUZIR E ACESSAR BENS

Por Ana Luísa Alvarenga, Bruna Gama, Cecília Oliveira, Hannan Parnes e Maria Vitória Rocha da Pulso Público

Em um mundo cada vez mais globalizado e com preocupações sobre o sistema econômico vigente, que não tem caminhado para um desenvolvimento de fato sustentável, é fundamental pensar em economias transformadoras. A importância do **fortalecimento de novos modelos** de economia e, a consequente valorização das comunidades e seu posicionamento no centro dos processos produtivos, surge nessa perspectiva.

Já existem legisladores pensando em formas de incentivar tais práticas. Na Câmara dos Deputados tramita o Projeto de Lei (PL) 6606/2019, que **cria o Sistema Nacional de Economia Solidária** (Sinaes) e a **Política Nacional de Economia Solidária** (PNES). Entre as diretrizes e os objetivos definidos na PNES estão: nortear os empreendimentos de economia solidária, a gestão democrática, a cooperação, a precificação conforme os princípios do comércio justo e solidário e a justa distribuição dos resultados.

O PL 6606/2019 já está em fase avançada da tramitação, foi aprovado pelo Senado Federal e agora retorna à Câmara dos Deputados para que sejam votadas as alterações propostas na outra casa. Atualmente a matéria se encontra na Comissão de Tributação e Finanças (CFT) e aguarda a votação do parecer do relator, Afonso Florence (PT-BA).

Outro mecanismo importante é o **Fundo Amazônia**, reconhecido internacionalmente como revolucionário no fomento a modos de produção que preservam a floresta e, ao mesmo

tempo, incentivam os que incluem suas populações. A matéria foi apresentada pelo senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) e teve sua aprovação no Senado Federal. Agora, tramita na Câmara dos Deputados como PL 415/2020 e aguarda a apresentação do parecer do relator Aírton Faleiro (PT-PA) na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (CINDRA). Faleiro foi reeleito para mais um mandato, então, espera-se que mantenha a relatoria.

Ao analisar o histórico de tramitação de ambas as matérias, é possível notar que essas proposições têm bom andamento no parlamento. No entanto, o tema não chega a ser uma prioridade, o que justifica o baixo número de projetos de lei sobre o assunto.



Saiba quais são as proposições:

- **PL 6606/2019:** bit.ly/CasaComum_E3_28
- **PL 415/2020:** bit.ly/CasaComum_E3_29



Fique por dentro do tema:

- **Projeto Economias Transformadoras:** Arranjos Produtivos do Distrito Federal: bit.ly/CasaComum_E3_30
- **Contribuição das Economias Transformadoras para um outro mundo possível:** bit.ly/CasaComum_E3_31
- **Aprovado em comissão projeto que cria política nacional de economia solidária:** bit.ly/CasaComum_E3_32



Foto: Matheus Alves - @imatheusalves / Acervo APiB

Economia verde

Nessa linha, tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2021, de iniciativa de membros da Frente Parlamentar Ambientalista, que prevê **inserir a segurança climática como um Direito Fundamental**. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), está sob relatoria da deputada indígena Joênia Wapichana (REDE-RR) e, caso aprovada, passará por Comissão Especial antes de ir ao Plenário.

Joênia não se reelegera, assim, se a proposta não for deliberada ainda este ano, será designado novo relator e a votação deverá ser mais difícil e tensionada. Para organizações ambientais e entidades representativas de setores da economia verde, a aprovação da PEC é fundamental para o avanço em direção a uma política nacional.

No Senado Federal o Projeto de Lei (PLS) 202/2013, que institui a **Política Nacional de Estímulo à Transição para a Economia Verde**, está parado na CCCJ desde que Elmano Férrer (PP-PI) devolveu a relatoria em 2019, e não mobiliza muitas forças.

Neste ano, foram apresentadas outras pautas importantes que ainda estão em fase inicial de tramitação, como o PL 1874/2022, que institui a **Política Nacional de Economia Circular**, PL 2524/2022, com regras para a economia circular do plástico; e o PL 1817/2022, que altera a lei que trata sobre regras para empresas que têm capital dividido em ações (Sociedades por Ações – S/A), e a **Política Nacional do Meio Ambiente** (PNMA) para induzir a adoção de boas práticas ambientais, sociais e de governança.

Apesar do número de iniciativas apresentadas e em tramitação, percebe-se que o tema avança de maneira tímida no legislativo, não sendo pauta prioritária na agenda e contando com muitos enfrentamentos.

*Mercado de carbono também é um tema caro e foi discutido na Agenda de Pressão publicada em maio. Confira: bit.ly/CasaComum_E3_33



Saiba quais são as proposições:

- **PEC 37/2021:** bit.ly/CasaComum_E3_34
- **PL 528/2021:** bit.ly/CasaComum_E3_35
- **PL 2148/2015:** bit.ly/CasaComum_E3_36
- **PLS 202/2013:** bit.ly/CasaComum_E3_37
- **PL 1874/2022:** bit.ly/CasaComum_E3_38
- **PL 2524/2022:** bit.ly/CasaComum_E3_39
- **PL 1817/2022:** bit.ly/CasaComum_E3_40



Fique por dentro do tema:

- **Documento Construindo uma potência ambiental, do Observatório do Clima:** bit.ly/CasaComum_E3_41
- **Green New Deal Brasil: 30 ações até 2030 para um desenvolvimento justo e sustentável:** bit.ly/CasaComum_E3_42
- **Economia Verde no Brasil: Contribuições para uma política nacional, do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS):** bit.ly/CasaComum_E3_43
- **Construir um novo futuro - uma recuperação transformadora com igualdade e sustentabilidade da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal):** bit.ly/CasaComum_E3_44

Autogestão, participação e preservação do meio ambiente: uma proposta de modelo econômico

Uma forma de organização da produção, comercialização, distribuição e consumo de bens e serviços construída a partir de uma autogestão democrática e participativa, distribuição de riquezas produzidas, preservação do meio ambiente e valorização dos seres humanos, constitui a chamada **Economia Solidária**. Movimento político, cultural e econômico, o modelo tem sido aplicado em todo o país e tem marcado presença nos debates do Congresso Nacional.



Falamos sobre o tema em "Na prática", na página 31

Nos últimos anos, foram apresentadas proposições que têm entre os principais objetivos a diminuição da desigualdade social, garantia da sustentabilidade e preservação do meio ambiente por meio da **regulamentação e incentivo aos empreendimentos solidários**. Esses empreendimentos incluem grupos, como parte da agricultura familiar, cooperativas de reciclagem, pequenos e médios produtores de alimentos orgânicos, entre outros.

Em maio deste ano, o Senado aprovou, em segundo turno, a **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Economia Solidária**. A PEC 69/2019 propõe a inclusão da economia solidária entre os princípios da ordem econômica. De acordo com o relator, senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), já existem, no Brasil, cerca de 30 mil empreendimentos solidários, em diversos setores da economia, que geram renda para mais de 2 milhões de pessoas.

No momento, a PEC aguarda a designação de um relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Se aprovado, o texto segue para análise de comissão especial e, em seguida, ao Plenário, onde precisará ser apreciado em dois turnos de votação.



Saiba quais são as proposições:

- **PLC 137/2017:** bit.ly/CasaComum_E3_45
- **PL 6606/2019:** bit.ly/CasaComum_E3_46
- **PEC 69/2019:** bit.ly/CasaComum_E3_47



Fique por dentro do tema:

- **Política Nacional de Economia Solidária é aprovada no Senado:** bit.ly/CasaComum_E3_48
- **CAE aprova criação do Sistema Nacional de Economia Solidária:** bit.ly/CasaComum_E3_49
- **Aprovada PEC da Economia Solidária no Senado:** bit.ly/CasaComum_E3_50
- **Carta da Economia Solidária à População Brasileira:** bit.ly/CasaComum_E3_53

ESG, o Social da sigla adotada pelo mercado financeiro e a pressão da sociedade

As práticas de responsabilidade ambiental, social e de governança, ou ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*), têm soado como palavra de ordem atual. Diversos setores da sociedade civil se direcionam para uma transição socioambiental, e impõem maior engajamento de setores econômicos à pauta climática.

O **Pacto de Glasgow**, na COP-26, contou com a participação e o compromisso do setor empresarial e mercado financeiro interessado em uma **transição verde**. Um exemplo são as 450 empresas, entre elas, brasileiras, que se uniram para **financiar projetos que limitam o aquecimento global**, detentoras de 40% dos ativos financeiros do mundo (130 trilhões de dólares), além de investimentos em fundos econômicos de amparo a países em desenvolvimento.

Estudos financeiros e prospecções de mercado são taxativos ao afirmar a **preocupação de jovens com os impactos das mudanças climáticas** e como isso afeta o seu futuro. Tal demanda social está obrigando a governança corporativa a abrir a **governança climática** e o risco climático como área-fim em suas estruturas organizacionais e modelos de negócios. Companhias têm sido demandadas pelos seus consumidores, cadeia de suprimento e investidores a expor seus impactos na agenda em questão. Essa demanda interfere no engajamento, sobrevivência e longevidade dessas instituições.

A **Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central** são órgãos de fiscalização que buscam a regulamentação do ESG do Brasil, apresentando recomendações, exigindo e incentivando indicadores que materializam as demandas da agenda climática em modelos econômicos, além de medidas para fiscalizar e punir o **greenwashing** ("maquiagem verde").

O **Congresso Nacional** se debruça sobre a temática, buscando mensurar ESG na saúde e segurança do trabalhador, Pesquisa e Desenvolvimento, diversidade em conselhos de administração, startups e, principalmente, entre as matérias sobre mudanças climáticas.



Saiba quais são as proposições:

- **PL 4363/2021**, institui o Selo Nacional ASG, conferido às empresas que investem em ações e projetos de motivação ambiental, social e de governança: bit.ly/CasaComum_E3_54
- **PL 705/2022**, compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas ASG: bit.ly/CasaComum_E3_55
- **PL 2148/2015**, economia verde de baixo carbono: bit.ly/CasaComum_E3_56



Fique por dentro do tema:

- **Senado deve analisar proposta que institui o Selo Nacional ASG:** bit.ly/CasaComum_E3_57
- **O que é ESG ou ASG? Entenda a sigla que identifica boas práticas empresariais:** bit.ly/CasaComum_E3_58
- **CVM divulga estudo sobre ESG e o mercado de capitais:** bit.ly/CasaComum_E3_59

POTÊNCIAS POPULARES

Por Rosilene Miliotti (*)

Você certamente já ouviu falar na palavra “empreendedorismo”. Mas talvez tenha escutado o termo “sabedoria popular” com pouco ou menos *status*, algo tão importante para as comunidades, seja nas periferias e favelas das grandes cidades, quilombos ou de agricultores familiares para a economia deste país. Essas são as verdadeiras potências.

O empreendedorismo é só um nome bonito dado pelo mercado para diferenciar o que essa “gente importante” faz, do que “pessoas simples” sempre fizeram, muitas vezes para sobreviver, mas também para não deixar que esses conhecimentos e culturas sejam esquecidas. Em geral, elas são imigrantes, trazem e levam com elas a memória, tradições e desejos de um povo inteiro.

Nas imagens deste ensaio mostro um pouco da **vida na Maré, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro**, assim como o **Centro da Cidade e em São Francisco de Itabapoana**, área rural no norte do estado do Rio de Janeiro, conhecida pela monocultura do abacaxi; **Cáceres, em Mato Grosso**, e **Monte Alegre e Alto Parnaíba, no Maranhão**. Nesta publicação ainda há outras fotografias que poderiam compor este ensaio por tratar da sabedoria popular enquanto potência.

Rosilene Miliotti é jornalista e fotógrafa popular. Cria da Maré, filha de dois capixabas que se conheceram no Rio de Janeiro, primeira da família a cursar universidade e viajar de avião. Atualmente é coordenadora do Programa Imagens do Povo, ação do Observatório de Favelas.



Feira realizada às sextas na Praça do Parque União- Maré, Rio de Janeiro



Feira agroecológica de Cáceres, Mato Grosso



Vendedor de carne de sol com alpim da comunidade Parque União Maré, Rio de Janeiro

Carne secando em comunidade do Maranhão



Colheita de abacaxi em São Francisco de Itabapoana, Rio de Janeiro



Colheita de quiabo em São Francisco de Itabapoana, Rio de Janeiro



São Francisco de Itabapoana, Rio de Janeiro



Troca de sementes em Cárceres, Mato Grosso



A FOME DÓI, ADOECE E MATA



Cerca de **33 milhões de brasileiros** estão passando fome enquanto você lê essa frase. O SEFRAS atua diretamente para combater esse problema!

DOE AGORA

doesefras.org.br

Pix: sefras@sefras.org.br



Sefras

ACÇÃO SOCIAL FRANCISCANA

acolher,
cuidar e
defender

www.revistacasacomum.com.br

   @RevistaCasaComum

Iniciativa



Realização



Apoio:



PROVÍNCIA FRANCISCANA DA
IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL



SINFRAJUPE